

pelas dez horas da manhã, no referido hospital, á Estrella, onde, perante a commissão administrativa, terá logar a arrematação com as condições que serão presentes.

Em 6 de junho de 1860.—Francisco de Assumpção, cirurgião em chefe do exercito.

HOSPITAL NACIONAL E REAL DE S. JOSÉ

A commissão encarregada interiormente da administração do mesmo estabelecimento manda fazer publico que sendo muito prejudicial aos enfermos que ali existem a permissão de receberem visitas de todas as pessoas que os procuram, nos dois dias para isso designados, domingos e quintas-feiras, porque, concorrendo um grande numero de individuos, não pôde guardar-se o silencio que deve reinar nas enfermarias, aonde, ou mais ou menos, ha doentes com padecimentos graves; nem manter-se a ordem e regularidade que a outros respeitoes também assim se perturbam; resolveu, para evitar os inconvenientes que resultam de semelhante pratica, permitir a entrada aos visitantes pela forma seguinte:

Nas enfermarias de S. José, Santa Barbara, e Santa Joana, aos domingos;

Nas de S. Sebastião, S. Carlos, Santo Antonio, e hospital do Desterro, ás segundas-feiras;

Nas de S. Roque, Santa Catharina, e invalidos, ás terças;

Nas de S. Miguel, Santo Amaro, Santa Margarida, e hospital de S. Lazaro, ás quartas;

Nas de Santo Onofre, e Santa Quiteria, ás quintas;

Nas de S. Francisco, e N. Senhora do Carmo, ás sextas;

Nas de S. João Baptista, Santa Anna, e Santa Maria Magdalena no hospicio de Rilhafoles, aos sabados.

A entrada e saída continua a ser ás horas do costume.

Contadoria do hospital de S. José, em 31 de maio de 1860.—O official maior, Manuel Cesario de Araújo e Silva.

CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

A camara municipal de Lisboa faz constar que ha de dar de arrendamento em praça, com as condições que hão de estar presentes, o terreno de um boqueirão, que se acha fechado por uma cancella, na proximidade do caes de Santarem, com serventia para o mar. As pessoas que quizerem o dito terreno podem comparecer nos paços do concelho no

dia 18 do corrente, pela uma hora da tarde, no qual dia ha de ter logar a arrematação, se o prego que se offerecer convier á vereação.

A camara municipal de Lisboa faz saber que ha de vender em hasta publica uma porção de telha, proveniente do desmancho de um prédio, situado na carreira do Socorro, que foi expropriado á massa fallida de Joaquim Barbosa Lima, a qual venda se ha de verificar no dito local, se convier á vereação o prego que se offerecer. As pessoas que quizerem arrematar a mencionada telha podem ali comparecer, pelas dez horas da manhã, no dia 19 do corrente.

Camara, em 12 de junho de 1860.—O escrivão da camara, Nuno de Sá Pamplona.

SETIMA DIVISÃO MILITAR

S. ex.^a o general Adão Accacio da Silveira Pinto, commandante interino d'esta divisão, em consequencia das ordens recebidas do ministerio da guerra, manda annunciar por este meio, que no dia 22 do corrente, pelas dez horas da manhã, estará em praça, na sala da secretaria d'esta divisão militar em Estremoz, o fornecimento de rações de pão para a tropa estacionada no districto da mesma divisão, e das forragens para os cavallos dos corpos de cavallaria, desde o 1.^o de julho até 30 de setembro do corrente anno, com as condições prescritas no artigo 44.^o do regulamento de 18 de setembro de 1844, e na conformidade da portaria de 25 de maio de 1859, publicada no *Diário do Governo* de 27 do dito mez.

Quartel general em Elvas, 7 de junho de 1860.—Conde do Bomfim (José), chefe do estado maior da setima divisão militar.

INTENDENCIA DAS OBRAS PUBLICAS DO DISTRICTO DE LISBOA

A intendencia das obras publicas do districto de Lisboa precisa dar de arrematação a factura de dois cancellos de ferro, que devem ser collocados no vestibulo da igreja do convento do Coração de Jesus á Estrella; as pessoas que pretenderem tomar esta obra podem comparecer na intendencia das obras publicas no dia 22 do corrente ao meio dia, podendo desde já ver as condições que se acham patentes n'esta intendencia.

Lisboa, 12 de junho de 1860.—O contador interino, Antonio Fernandes Leal Junior.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

Mappa do movimento geral das correspondencias entradas na administração central do correio de Lisboa, no mez de maio de 1860

DESIGNAÇÃO DAS CORRESPONDENCIAS	SELLADAS		NÃO SELLADAS		REGISTRADAS	
	CARTAS	JORNALS E IMPRESSOS	CARTAS	JORNALS E IMPRESSOS	DE OFFICIO	PARTICULARES
PARA SEREM DISTRIBUIDAS NO CIRCULO POSTAL DE LISBOA						
De porta interna.....	16.220	2.839	127	42	-	-
Do reino e ilhas.....	89.764	20.720	2.404	763	13.126	292
De Hespanha.....	-	-	6.306	4.631	-	-
D'alem dos Pyreneos.....	-	-	3.636	8.015	-	-
Das provincias ultramarinas.....	-	-	181	28	-	-
De portos estrangeiros, por navios.....	-	-	1.912	559	-	-
De Inglaterra, pelos paquetes.....	-	-	2.576	2.857	-	-
Do Mediterraneo, pelos paquetes.....	-	-	303	322	-	-
Do porto do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	-	-	3.466	2.511	-	-
PARA SEREM REMETIDAS PARA TERRAS DO REINO E ILHAS, ULTRAMAR E PAIZES ESTRANGEIROS						
Para terras do reino e ilhas.....	113.708	132.531	25.131	8.248	27.097	439
Para Hespanha.....	-	-	7.753	1.999	-	-
Para alem dos Pyreneos.....	3.391	1.716	15	6	-	-
Para as provincias ultramarinas.....	-	-	950	2.174	-	-
Para o Brazil, por navios.....	657	707	1.561	663	-	-
Para os portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	10.421	3.208	3.664	4.154	-	-
Para Inglaterra, pelos paquetes.....	-	-	3.698	500	-	-
Para o Mediterraneo e Indias, pelos paquetes.....	-	-	242	784	-	-
	234.161	161.721	64.565	38.259	40.223	731
No mez de maio de 1859 o movimento da correspondencia foi de.....	218.242	140.186	70.426	38.422	43.456	686

Segundo dispõe o novo regulamento postal, as 127 cartas e os 42 jornais e impressos de posta interna, não sellados, existem na administração central, e não se mandam entregar por não se acharem franqueados, as primeiras com o selo de 25 réis, e os ultimos com dois sellos de 5 réis. Pelo mesmo motivo de falta de selo existem por expedir as 15 cartas e os 6 jornais e impressos para alem dos Pyreneos.

Nas correspondencias para terras do reino e ilhas, ultramar e paizes estrangeiros, são comprehendidas as de Lisboa, e as que de diversas terras vieram a esta administração para serem por aqui expedidas.

Administração central do correio de Lisboa, em 6 de junho de 1860.—O administrador, Luiz José Botelho Seabra.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS DIGNOS PARES

ERRATA Á SESSÃO DE 4 DO CORRENTE, PUBLICADA EM O. N.º 133 DE 12 DO CORRENTE MEZ

No discurso do sr. visconde de Athouguia, pag. 628, col. 5.^a, lin. 114, onde se lê—as exposições horrosas—leia-se—as exposições honrosas.

Em virtude da resolução da camara dos dignos pares se publica a seguinte representação

Dignos pares do reino.—Os abaixo assignados, cidadãos contribuintes do concelho da Guarda, convencidos de que as medidas financeiras apresentadas pelo governo n'esta legislatura, sendo approvadas, produzirão a completa ruina da nação, exaurindo o recurso do povo, quando se deviam emprender as reformas economicas altamente reclamadas em todos os ramos da administração publica, recorrem á illustração do parlamento, solicitando que aquellos projectos sejam rejeitados.

Tudo o systema financeiro, que não tenha por base a economia possivel e uma rigorosa fiscalisação, especialmente nas desgraçadas circunstancias em que se acha a nossa patria, não pôde, nem deve ser adoptado; salvo o firme proposito de conduzir esta infeliz nação para um abysmo, comprometendo a sua independencia.

Discuta-se o orçamento: sejam eliminadas todas as despesas luxuosas e improductivas; acabem-se os desperdícios e patronatos, e teremos com certeza a sufficiente receita, sem augmentar contribuições, para se realisarem os melhoramentos materiaes, que servem de pretexto aos novos tributos projectados.

Dignos pares do reino, convencei-vos de que é uma immoralidade revoltante exigir maior sacrificio pecuniario antes de demonstrar até á evidencia, que se effectuaram todas as economias compatíveis com o serviço e dignidade nacional. O povo só deve pagar mais quando uma prudente e economica administração, merecendo pelos seus actos a sympathia dos povos, mostrar a urgente necessidade de novos sacrificios.

A industria e o commercio acham-se agonisantes, porque a agricultura está quasi no mesmo estado, pelas causas geralmente sabidas. Será agora a occasião propria de elevar as contribuições?

Dignos pares do reino, os abaixo assignados têm inteira confiança em vós, e por isso contam que os projectos expropriadores serão rejeitados, e que a administração da fazenda publica será devidamente reformada, e posta em harmonia com as forças d'esta attenuada nação.

Guarda, 28 de abril de 1860.—O bacharel José Joaquim Lopes da Silva, o bacharel Affonso Bar-

reto Pereira de Campos, o proprietario Antonio de Sampaio Coelho e Sousa, o padre Manuel José da Paixão, Asencio de Prouença, Manuel Antunes, Antonio José de Pina, Julio Augusto Prouença, Antonio José Granja, negociante; José Augusto de Faria, Julio Augusto Ferreira, o proprietario Bernardo Xavier Freire, o artista Miguel da Silva, Antonio Joaquim Dias Neves, Joaquim Gonçalves Dente e Pina, Simão Gonçalves, artista; Antonio Alexandre, artista; o bacharel Manuel Tavares e Oliveira, Joaquim Antonio Rebello, negociante; José Alexandre de Aguiar, Pedro Antonio de Pina, Antonio José de Araújo Guimarães, Antonio Luiz de Almeida Barba, Rafael Antonio da Trindade, Thomás Antonio da Trindade, Antonio de Pina, Pedro Fructuoso das Povos, Gaspar Rodrigues de Oliveira, Francisco Pereira Pina, Manuel de Amaral Dragão, José Lopes de Sousa Pinheiro, Francisco Ignacio da Fonseca, Antonio Joaquim das Neves, Antonio Julio das Neves, Miguel dos Santos, artista; Miguel Serena Ferreira, marceneiro; o pharmaceutico José Nunes de Sousa e Sampaio, José de Araújo, artista; José dos Santos, artista; José Dias da Silva Couto, negociante; Miguel Augusto dos Santos, Manuel da Fonseca, Joaquim Homem de Almeida Cabral, negociante; Francisco Cabral de Albuquerque Sacadura, Luiz Homem de Almeida, Abilio Joaquim Pinto da Silva, Antonio Pontinha de Aragão, Antonio de Almeida Victoria Cabral Nação, José Maria Henriques de Mattos, José Joaquim da Cruz Diniz, Bernardino Gomes de Almeida, Rodrigo Antonio Gonçalves Rebordão, Antonio Mendes Alçada de Paiva, José Mendes Alçada, José Felix de Pina Abreu, Joaquim José da Veiga, João Domingues Baptista, Antonio Gonçalves Ferreira, João dos Santos Ramalho, Domingos Martins Pinto, padre Joaquim José Afonso dos Santos, Manuel de Jesus Lino, Manuel Dias Barata, Francisco Antonio de Paula, Manuel Martins, José Joaquim Fernandes Sardinha, Lourenço José de Aragão, José Alves dos Santos, o padre José Honorato Rodrigues de Oliveira, Antonio de Sousa Rego, Antonio Alexandre de Aguiar, João Homem de Almeida, José Homem de Almeida, Joaquim de Amaral, proprietario; Francisco de Amaral, João Tavares da Costa, João Lourenço Monteiro, pharmaceutico; Antonio da Costa Amaral e Castro, José Ignacio de Sousa, Sebastião Coelho de Oliveira, Francisco Custodio Vicente, Miguel José de Aragão, Lourenço Ramos, José Marques, José das Dores Torres, José Dias do Amaral, Bartholomeu Maria Ignacio da Fonseca, Antonio José Vieira Guimarães, caixeiro; Manuel Saraiva de Sousa, José Pereira de Lima Junior, Luiz Francisco dos Santos, Domingos José de Sousa Sequeira Pinto, Miguel Antonio Dente, Gabriel Lopes de Moraes, Joaquim Cezar de Moraes, João da Costa Pope, Manuel da Cruz, Manuel dos Santos, Antonio Pinto, o bacharel Alexandre da Cunha Pignatelli da Gama, Antonio Candido, Antonio Luiz de Pina,

Joaquim Nunes da Assumpção, Manuel da Cruz, Alexandre Saraiva de Sousa, Antonio da Costa Arrifana, Guilherme Antonio, João Henriques de Andrade, José Augusto Gomes, Joaquim Ribeiro, Gaudencio da Silva, artista.

Reconheço assignaturas supra e retrò, umas por ter perfeito conhecimento dellas, e outras por ter visto iguaes assignaturas, como são as de varios seminaristas. Guarda, 30 de abril de 1860. Em testemunho de verdade.—José Maria de Aguiar.

José Caetano Casco, Francisco Mendes da Fonseca, Joaquim Nunes da Cunha, Francisco de Almeida Valle, Joaquim Nunes Paes, Antonio Antunes Tavares, Joaquim de Sena, Francisco da Cunha, José Nunes Cardoso, José Joaquim da Cunha, José Nunes de Sena, João Nunes de Sena, José Nunes da Costa, Francisco Gomes de Athaide, João de Almeida, Antonio Nunes da Cunha, João Romeiro, Joaquim Coelho de Oliveira, Simão Nunes de Sena, Manuel dos Santos, Antonio Gomes de Almeida, Manuel José Nunes de Sena, Antonio Nunes de Sena, José Nunes Mendes, João Pereira de Carvalho, Francisco Vicente de Carvalho, Joaquim Ignacio.

Reconheço todas as assignaturas retrò como verdadeiras, porque foram feitas pelos meus freguezes e na minha presença, o que juro sendo necessario.

Fernão Joanes, 1.^o de maio de 1860.—O parochio, Manuel de Almeida.

José Carlos, Antonio Roballo, Angelo Custodio Augusto, José Rodrigues de Almeida, Joaquim de Almeida Telmo, Antonio Sena, Antonio Telles, Antonio Teixeira de Andrade, Manuel Telles Amaro, Antonio Pires Barreiros, José Telles, Joaquim Telles da Cunha, Manuel Lopes Pinheiro, Manuel Torres.

Reconheço as assignaturas supra como verdadeiras, por serem feitas pelos meus freguezes e na minha presença, o que juro sendo necessario.

Meios, 1 de maio de 1860.—O parochio, Antonio Nunes Ribeiro.

José de Assumpção Gomes, Luiz José Martins, Manuel de Almeida Nave, João de Almeida Nave, Manuel Pires Correia, Sebastião José da Fonseca, Antonio da Fonseca Rocha e Moura, Luiz de Gouveia Rocha, Joaquim da Nave, José de Almeida Campos, Antonio Pereira de Carvalho, Antonio Caetano Terras, José de Gouveia Rocha, Antonio Rodrigues Esteves, Antonio de Gouveia Rocha, Antonio da Rocha, José Teixeira, Jeronymo Roballo, Custodio de Almeida Barbas, Francisco de Almeida Barbas, Joaquim José da Costa, Antonio de Almeida Tavares, Antonio Duarte, João de Almeida Soares, Joaquim de Almeida Tavares, José da Nave Tavares, Manuel de Almeida Barbas, Antonio dos Reis, João dos Santos, Francisco Caetano, Manuel Vieira, José de Almeida Tavares, Antonio Tavares, Manuel Esteves, Jeronymo da Cunha, Manuel de Almeida Pinto, Joaquim de Almeida Pinto, Antonio Ferreira, José Ferreira, Antonio da Cruz, Manuel João Pinto, Joaquim Esteves, Joaquim Rodrigues Esteves, Manuel Paulo de Almeida, Jeronymo Fonseca, José Gomes Ferreira, Bernardino de Almeida Pinto.

Reconheço as assignaturas supra como verdadeiras, por serem feitas pelos meus freguezes e na minha presença, o que juro sendo necessario.

Famalicão, 3 de maio de 1860.—O parochio, Joaquim Gomes Pinheiro.

João Carvalho, Manuel Antunes Roballo, Antonio Roballo, Bernardo Nunes, João Carvalho da Rocha, Joaquim Teixeira, Manuel Ignacio, Manuel Antunes, Antonio de Araújo, artista.

Reconheço as assignaturas supra como verdadeiras, por serem feitas pelos meus freguezes e na minha presença, o que juro sendo necessario.

Crageira, 4 de maio de 1860.—O parochio, Francisco José da Fonseca Faria.

José Nunes dos Santos Senior, José Nunes dos Santos Junior, Manuel Nunes dos Santos, Antonio Nunes, Antonio da Guerra, Felix Antonio Coutinho Delgado, José Bernardo, José Ramos da Fonseca, Joaquim Ferreira, Manuel Antonio, José de Oliveira, Simão da Nave Valente, Antonio Marques de Gouveia, Simão da Guerra, Joaquim Rodrigues dos Santos, Antonio Dias Junior, Francisco Ferreira da Guerra, João da Guerra, José Antunes da Guerra, Antonio Nunes França, Bernardo Antonio, Bernardo da Costa, Antonio Baptista, Manuel da Costa, José da Costa, Antonio Dias Gomes, José Bernardo da Fonseca, Francisco Nunes, João Antonio da Guerra, Miguel Bernardo Coutinho, Antonio Bernardo Coutinho, João Antonio Coutinho, João de Almeida da Guerra, Antonio Antunes da Guerra, Francisco Esteves.

Reconheço por verdadeiras e dos proprios meus freguezes as assignaturas supra, por ter perfeito conhecimento dellas e por ter visto iguaes assignaturas dos mesmos, que estes aqui fizeram. Porco, 8 de maio de 1860.—O parochio, Antonio Bernardo Castello.

Bartholomeu de Aragão da Costa Tavares de Vasconcellos, proprietario; José da Fonseca e Silva, Joaquim Gonçalves Ribas, artista; José de Almeida, artista; Antonio da Fonseca e Cunha, Antonio Rodrigues, Bartholomeu Gomes Monteiro, Antonio de Abreu, Manuel de Andrade, Antonio da Fonseca e Silva, Antonio Gregorio de Abreu, Manuel Pinheiro, Jorge Marques, Pedro Pereira, Antonio Francisco de Sousa, Francisco Antunes Coelho, José Gonçalves Ribas, Alexandre Pereira, o padre Bernardino Rodrigues.

Attesto e sendo necessario juro, que as assignaturas supra relacionadas são veridicas e as proprias dos signatarios, que reconheço por serem meus freguezes. Faca, 9 de maio de 1860.—O prior, Manuel Antonio Tavares do Amaral.

O padre Diogo de Sousa Mocho, José Coutinho de Mendonça, proprietario; Antonio Martins, Antonio de Andrade, Jeronymo dos Santos, Manuel de Andrade, proprietario; Antonio Manuel, proprietario; José Coutinho Soares, proprietario; José da Cruz, proprietario; Bartholomeu Themudo, Antonio Coutinho, Francisco Coutinho de Sousa, proprietario; Manuel Joaquim de Andrade, proprietario; Balthezar Ferreira, José Dias do Amaral, André Lopes, José Jeronymo, moço; José Gomes de Sousa Coutinho, José Paes, barbeiro; Jeronymo Coutinho, proprietario.

Os supra assignados são meus freguezes, e não só porque lhes tenho visto suas assignaturas muitas vezes, mas porque assignaram em minha presença, certez e jurarei, se necessario for, serem veridicas suas assignaturas. Cavidade, 11 de maio de 1860.—O prior, Antonio da Paixão Borrego.

José Francisco, Manuel Marques, Antonio Marques, Antonio da Costa Felix da Silva, Joaquim Luiz, José Gomes dos Santos, Joaquim José Gomes, Antonio José Gomes, José Gonçalves das Neves Torias, Francisco Nunes, Antonio Gomes da Silva, José Gomes da Silva, Manuel Pires, Manuel Luiz.

Attesto e juro, sendo necessario, que as assignaturas supra relacionadas são veridicas, e as proprias dos signatarios, que reconheço por serem meus freguezes. João Antão, 12 de maio de 1860.—O parochio, José Bernardo da Costa Pereira.

Luiz Manuel dos Santos, Luiz de Pina Carvalho Freire Aragão Costa, Joaquim Luiz dos Santos, Manuel Luiz dos Santos, José Antunes Marques, Manuel da Costa, Luiz Nunes dos Santos, Bernardino Nunes, Luiz Nunes, Joaquim de Pina, José Nunes, Joaquim Nunes Pereira, Antonio Nunes, proprietario; José Pereira, José Nunes Pereira, Bernardino Antonio, Fernando de Almeida Artiaga, es-

tudante; Francisco Marques, proprietario; Manuel Marques, José Luiz dos Santos.

Reconheço as assignaturas supra e retrò, serem dos proprios assignantes, porque foram feitas na minha presença, o que sendo necessario juro in sacris. Ramella, 12 de maio de 1860.—O vigario, José Lopes Pires.

José Antonio Gomes, Antonio José Gomes, José Fernandes, Joaquim Rodrigues Pereira, João Ferro Franco.

Reconheço as assignaturas supra, e sendo necessario juraria pela veracidade das mesmas, por terem sido feitas na minha presença. Residencia em Benespera, aos 12 de maio de 1860.—O vigario, Maximiano Correia de Figueiredo.

João Antonio de Oliveira, Francisco Alves de Rão, Antonio Alves Derrau, Antonio José Pereira da Rocha, José Clemente Gomes da Rocha, Antonio Clemente Gomes, Miguel Osorio, Antonio Joaquim, José Maria da Silva Pedrosa, José Gomes dos Anjos, Jorge da Silva, Manuel de Almeida, Antonio Marques, Miguel Luiz Ferrão, João Luiz da Silva, Antonio Gonçalves Jacinto, Francisco Gomes, Antonio Simões, Francisco Gonçalves do Nascimento, Simões Godinho, Joaquim Custodio, Manuel Clemente Gomes, Diogo Martins Coelho, Sebastião Antunes da Fonseca, José de Pina, Miguel Antonio Gomes, Joaquim José, Manuel de Almeida, Estevo de Almeida Zuna, Antonio de Almeida Zuna, Francisco Gomes da Rocha, Antonio de Oliveira, Diogo de Almeida Oliveira, João de Carvalho, Luiz de Pina, Jeronymo Luiz de Sá, Pedro de Almeida Caramello, Antonio Martins Coelho, Manuel de Albuquerque, Manuel Antunes Jacinto, Alvaro José Cardoso, Antonio da Cunha, Antonio Gomes, José de Almeida Lopes, José Rebello, Firmino Gomes da Rocha, Joaquim Manuel, Manuel Duarte, Antonio Clemente, Morato da Silva, João Gomes da Rocha, Antonio Gonçalves Godinho, Francisco da Cunha, Joaquim Henriques, Manuel de Pina, Olympio Pereira Miguel, Custodio Henriques, José Maria Soares, Luiz Antonio, Alexandre Santos Gonçalves, Feliciano Gonçalves, João da Fonseca, Jorge Luiz da Silva Pedrosa, Antonio Luiz Gonçalves, João de Oliveira.

Reconheço as assignaturas retrò descriptas, as quaes todas são de meus parochianos, o que juro sendo necessario. Vella, 13 de maio de 1860.—O vigario, Luiz Marques Alves.

José Lopes Sousa, José Antunes da Costa, José Maria Pereira de Sampaio, Antonio Rodrigues Baeta, Paulino Mendes, Antonio Dias, José Pereira, Joaquim dos Santos, José Gonçalves, Manuel José, João José de Prouença, Antonio Maria, Manuel de Mattos, Luiz Segura, Antonio Gomes da Silva, José Segura, Antonio Esteves, Manuel Rodrigues Mello, Joaquim Dias da Costa, Justino Rodrigues Monteiro, Manuel Dias Reis, Francisco Dias Costa, Manuel Nunes, José Nunes, José Dias da Costa, José Lopes Bico, José Lopes Bico, Bernardino Rodrigues Monteiro, José Patrio, Joaquim Rodrigues Mello, Manuel Bico, Francisco Baptista Osorio, José Lopes, Antonio da Costa, João da Cruz, José Pereira da Silva, Manuel Soares, Manuel de Sequeira, Joaquim Soares de Carvalho, José Bento, José Antão Dias da Silva, Manuel dos Santos Martinho, Joaquim Lopes Bico, Antonio Soares.

Attesto e reconheço todas as assignaturas retrò dos meus freguezes, o que juro sendo necessario. Gonçalves, 14 de maio de 1860.—O prior, Manuel Antão.

João Antonio, Antonio Joaquim da Costa, Francisco Barbosa da Fonseca Machado, João Antonio Parada, Francisco Rodrigues de Almeida Barbas, Joaquim da Costa, Joaquim do Nascimento, Alexandre Augusto, Antonio da Rocha, Antonio Manuel dos Santos, Joaquim Esteves, Francisco Cardoso, o padre Antonio de Gouveia Barbas, José Ignacio, José Joaquim, Antonio Pedro Cardoso.

Reconheço as assignaturas retrò descriptas, as quaes todas são dos meus parochianos, o que juro sendo necessario. Seixo Amarello, 14 de maio de 1860.—O parochio, Pedro da Silva Tavares.

José Maria Mathias, José Antunes Landa, Antonio Rodrigues da Costa, Dionizio de Almeida, João José da Costa, Manuel de Almeida, João Gera, José Nunes Morgado, José Beles, José Rodrigues da Costa, Jacinto Gomes, José Nunes Gualinho, José da Fonseca, José Jorge, José Marques da Silva, Antonio Bernardo, Mathias Antunes Louro, Francisco Antunes Louro, Francisco Nunes Gallo, Manuel de Oliveira, Manuel Esteves.

Reconheço as assignaturas retrò descriptas, as quaes todas são dos meus parochianos, o que juro sendo necessario. Porcas, 15 de maio de 1860.—O parochio, Antonio Nunes da Costa.

Paulo Fernandes, Sebastião Gonçalves, José Madeira Junior, Miguel dos Santos, Augusto Cabral, José Madeira, Diogo de Almeida, José Nunes Madeira, Miguel da Fonseca, Manuel de Pina, José Caetano, Eduardo de Almeida, Joaquim da Fonseca, Joaquim Antonio da Cruz, José Maio, Antonio dos Santos, Agostinho Dias de Amaral, José de Pina, Manuel Pereira Marcos, Manuel Francisco, Antonio Martins Rebello, José João, Antonio João Gonçalves, Lourenço Ferreira, João da Fonseca, José dos Santos, Antonio Luiz, José Luiz, Diogo Dias, José Francisco, Joaquim Videira, Cypriano Antonio, Joaquim Ferreira, Joaquim Antunes, José Manuel, Francisco Antonio de Figueiredo, Luiz Ferreira, D. Antonio Filipe, Antonio Bernardo, Fernando de Almeida, Antonio de Almeida, Jacinto Gonçalves, Pedro Gomes, José Dias, José Pires, Manuel Francisco, Francisco Monteiro, José Luiz Marques, Joaquim Luiz Marques, Antonio Caetano, José Luiz Capello, Francisco Luiz, José Alexandre, Antonio Cabral Pinto, Bernardo da Fonseca, Patrio Martins, Manuel João, Luiz Martins, Balthezar Dias.

Reconheço as assignaturas retrò descriptas, todas são dos freguezes, o que juro in fide parochi.

Pera do Moco, 16 de maio de 1860.—O prior, Joaquim Rodrigues de Sousa.

Manuel Gil, Agostinho Antonio, José Fernandes, Francisco Simão, José Lourenço da Costa, artista; José Ignacio Monteiro, José Nunes da Costa, Valentim Gonçalves Dias, Antonio Pires, José Maria Antunes, Jeronymo José Elias, Antonio Pires Junior, Francisco Ignacio Rodrigues, artista; José Martins Panoias, Joaquim Antunes, José Pedro, Antonio José da Cruz, Pedro Antonio de Oliveira, Thomás Antonio Mendes, Antonio Ferreira.

Reconheço as assignaturas supra serem dos proprios assignantes meus freguezes.

Arrifana, 16 de maio de 1860.—O prior, Joaquim Nunes Leitão.

Antonio Lourenço Rodrigo, José Lourenço, Francisco Marques Correia, Antonio Lourenço, artista; Francisco José, artista; Bernardino José da Costa, Manuel Monteiro, Manuel José, Manuel Marques Diniz, Francisco Vieira, Paulino Monteiro, José Rodrigues, José Miguel, Manuel Rodrigues, Sebastião Sousa, Manuel Antunes, Benedicto Thomé, Clemente João, Francisco Monteiro, Manuel Monteiro, Antonio Maio, Joaquim Duarte, Domingos José, Domingos Thomé, Antonio Lourenço, Fortunato Marques, Manuel Correia, Manuel Monteiro, Antonio Braz, Francisco da Costa, Salvador Monteiro, José Rodrigues, João Monteiro, Lourenço Fernandes, Joaquim Lourenço, Joaquim Gonçalves, João Rebello, Agostinho Dias, José Correia, Bernardino da Costa, Sebastião da Costa, Antonio Monteiro, Francisco Dias, Dionizio Monteiro, Manuel Antunes, José Mathias da Costa, José da Costa, Manuel Miguel, Manuel Fernandes, Francisco Gonçalves.

Reconheço as assignaturas supra serem dos proprios assignantes, porque foram feitas na minha presença, o que, sendo necessario, juro in verbo sacerdotis.

Casal de Cinza, 17 de maio de 1860.—O encomendado, Manuel Coelho.

Lourenço José de Aragão, João Francisco Rodrigues, Joaquim José, Pedro Monteiro, Justino José, Jeronymo Gonçalves, Antonio João Dias, José Gonçalves, Joaquim Alves, Lourenço Pereira Pontinha, Manuel Lourenço, Manuel Francisco Moreira, José Francisco, Francisco João da Silva, Joaquim da Fonseca, José Gaspar, José Ramos, Manuel Francisco, Thomás Alves, João Francisco, Manuel Gonçalves, Francisco Antunes, Mathus Alves, João dos Santos, Manuel Marques Tracana, José Joaquim Sanches, Anselmo José Sanches, José Fernandes do Curral, Manuel Dias, Alexandre José Redondo, João da Silva Barros, Francisco Antonio, Joaquim Rodrigues, Joaquim da Costa, João Ribeiro, Manuel Martins, Felix Antunes, João Bernardino, Joaquim Esteves, Manuel da Costa, Sebastião Gonçalves Mosca, Manuel Monteiro, Manuel Bernardo, Manuel Bernardo Coixo, Joaquim Marques, Antonio Maria Coutinho, José Barbas, Ignacio Bernardo, Manuel Fernandes Alves, Manuel Marques, Joaquim Ramos, Manuel Fernandes Marello, José Maria Coutinho, Antonio Gonçalves Pereira, Domingos Escada, Manuel Ramos, José dos Santos, José Antonio Coruduto, Manuel Fernandes Marello, Miguel Mansinho, Francisco Antunes, Antonio Rodrigues Mansinho, Manuel Gonçalves Catrinillo, Manuel Escada, José Fava Freire, artista; Manuel Gonçalves Ramos, Manuel da Costa, José da Costa, Domingos Fernandes Marello, João Marques, Francisco José Alves, Manuel dos Santos Marques Traquana, João Ribeiro Junior, Joaquim Mansinho, Ignacio Antonio, José Ferreira, José João, Bernardo Alves, Antonio Sanches, Manuel Luiz, Antonio Domingos, Miguel Gomes, Joaquim Fernandes, Manuel Pina, Manuel da Pascoa, Manuel Antonio, Manuel Miguel, José Miguel, Mathus Alves, Joaquim Marques, José Maria, José Marello, Manuel da Silva, José Francisco, José Lourenço, Antonio Braz, José da Silva, Antonio Reduto, José Marques, Ignacio Nunes, José da Fonseca, Francisco das Neves, José Bernardino, Domingos Valentim, Manuel João Coutinho, Joaquim Alves, Manuel Antonio, Domingos André, Antonio Carlos.

Reconheço as assignaturas supra serem de meus freguezes, e por ser verdade passo este que assigno, e jurarei, sendo necessario.

Marmeleiro, 19 de maio de 1860.—O vigario, Ricardo José da Costa.

João Marques Capello, Rafael Gonçalves, João Pereira, Manuel Marques, Thomás Pereira, Balthezar Joaquim, Jeronymo Pires, Pedro Marques, Antonio Gonçalves, João Francisco dos Santos, Manuel Dias, José Marques, João Marques, João da Silva, José João, Lourenço Elias, José Gonçalves, Rafael Paulino, Manuel Dias, José Lourenço Capago, Julio Diniz, Manuel Marques, Pedro Marques, Manuel Caetano, Pedro Ferreira dos Santos, Pedro Diniz, Bernardo Rebello.

Reconheço as assignaturas supra e retrò por verdadeiras, porque todas foram feitas na minha presença.

Jarmello, 17 de maio de 1860.—O prior, Rafael José da Costa Tavares.

Manuel Marques, Joaquim de Almeida, Antonio Antunes, Manuel Marques, Joaquim da Costa, Manuel Martins Rebello, José Alves, Joaquim Francisco, Joaquim Pereira, Manuel Martins, Antonio Nunes, Manuel Marques, José Gregorio, Manuel da Silva, José da Silva, José Monteiro, Antonio Rodrigues Ramos, Antonio Fernandes, Roque Gonçalves, Diogo Antonio, Manuel Gonçalves, Manuel Lourenço, Domingos Rebello, José Marques, José Lopes, Diogo da Costa, Bartholomeu da Costa, Manuel do Lagoado, Antonio Duarte, Manuel Oliveira, Francisco da Silva, Antonio José Rebello, Henriques da Silva, Manuel da Costa, João Antonio, Francisco Antunes, Joaquim dos Santos, Romão Antonio, José Nunes da Costa, João da Costa, Bernardino José.

Reconheço as assignaturas supra e retrò serem todas verdadeiras, por quanto as presenciei.

Gonçalvas, 17 de maio de 1860.—O cura, Antonio Martins Ferreira.

Joaquim Esteves, Manuel Affonso, Francisco Xavier da Fonseca Pires, José Francisco Lourenço, João Fernandes, Francisco Marques, Francisco Assencio, Alexandre Marques, Antonio José de Faria, Junior, Pedro Fernandes, João Lopes, José Gonçalves da Rodriga, José Antonio Fernandes, Manuel Pires, Miguel Duarte do Nascimento, Mathus Gonçalves, Feliciano Gonçalves, Manuel Gonçalves, Francisco Gomes, Antonio de Mattos, Francisco Gonçalves Lopes, Manuel Gonçalves, Francisco Gonçalves da Rodriga, Antonio Gonçalves da Rodriga.

Reconheço as assignaturas supra e retrò por verdadeiras, porque todas foram feitas na minha presença.

Panoias, 18 de maio de 1860.—O prior, Luiz Ravasco de Gouveia.

O proprietario José Pereira Monteiro, Domingos José Soares, José Rodrigues Paralta, Manuel Alves da Rosario, Joaquim Marques, Diogo de Mesquita Oliveira Homem, Manuel Martins, Antonio Pereira de Figueiredo, Domingos João de Garcia, José João de Garcia, Joaquim João Ribeiro, Antonio João Ribeiro, José João Ribeiro, José João Marques, José Marques Chaves, Agostinho Pereira da Silva, Antonio Santo, Joaquim João de Garcia, Antonio José Pereira, Joaquim Soares, Antonio Fernandes Martins, Joaquim Fernandes da Fonte, José Marques, Francisco Pereira, João Antonio dos Santos, Joaquim Lourenço dos Santos, José Soares, José Gonçalves Marques.

Todas as assignaturas retrò são dos propri

1.º Requeiro que se peça ao governo que, pelos ministerios da marinha e ultramar, e do reino, informe esta camara se está preparado para responder ás interpellações que desde dezembro de 1858, tenho annunciado. — *Antonio Maria Barreiros Arrobas.*

2.º Requeiro que, pela repetição da fazenda, sejam remetidos á camara a consulta da junta do credito publico, feita em principios de abril ultimo, ácerca da agencia financeira de Londres; assim como todos os documentos que acompanharam a sobredita consulta. — *Alves Martins.*

3.º Requeiro que, pelo ministerio da justiça, seja enviada com urgencia a esta camara a copia do decreto que nomeou Francisco Antonio de Sousa, escrivão do juiz de paz de Monraz, bem como as informações que a respeito d'elle deram as autoridades a que se mandou informar, e requeiro igualmente as publicas fórmulas da queixa dada pelo pae do sobredito Sousa contra elle, e a informação que sobre elle recaiu dada pelo administrador do concelho, bem como outra publica fórmula de um processo que contra o mesmo Sousa correu em Tondella, o que tudo deve existir na secretaria. — *Fernaz de Miranda.*

4.º Renovo o requerimento que fiz na sessão de 30 de maio, em que peço ao governo, pelo ministerio da justiça, uma lista das comarcas em que os juizes de direito tenham acabado o seu quadriennio, e em que houverem de o concluir dentro em um anno, a contar da data do indicado requerimento. — *Pinto de Albuquerque.*

São remetidos ao governo.
Tem segunda leitura um projecto de lei do sr. Coelho de Carvalho, autorisando o governo a fazer construir uma estrada de segunda classe entre as villas de Monchique e Portimão, passando pelo sitio do Banho.

Sendo admittido é enviado á commissão de obras publicas, ouvida a de fazenda.

Tem igualmente segunda leitura a seguinte proposta:

«Proporho que se destine um dia por semana, para terem logar as interpellações pendentes. — *Arrobas.*»

É admittida á discussão.

O sr. *Ministro do reino* (Fontes Pereira de Mello): — está prompto e todos os seus collegas para responderem ás interpellações que lhe annunciaram os illustres deputados, quando a camara o resolvesse, e quando forem dadas para ordem do dia; mas no adiantamento que está a sessão, não lhe parece prudente, que se destine constantemente um dia por semana para interpellações, porque isso seria roubar um tempo precioso que a camara de certo que terá de empregar na discussão dos objectos importantes que lhe estão commettidos.

Parece-lhe, pois, que o sr. presidente deve ficar autorisado, como o está pelo regimento, a dar para ordem do dia as interpellações, mas sem estabelecer em regra que haja um dia por semana destinado para ellas se verificarem.

Não combate, pois, a proposta do illustre deputado, nem lhe falta vontade, que não pôde ter, de vir responder ás interpellações, mas pondera unicamente a inconveniencia que resulta na actualidade de se destinar constantemente um dia em cada semana para interpellações.

O sr. *Arrobas*: — sustenta a sua proposta com o fim de evitar que insensivelmente se perca o direito de iniciativa que compete ao deputado; não faz questão d'este ou outro expediente, mas o que deseja é que se realizem as interpellações que estão pendentes.

O sr. ministro do reino acha que está muito adiantada a sessão, e que ha muitos assumptos da maior gravidade affectos á resolução da camara, para que se possa destinar um dia por semana só para se tratar das interpellações: pois elle, orador, parece-lhe que se os srs. ministros durante toda a sessão estivessem nos seus logares, desde as onze horas da manhã até se entrar na ordem do dia, provavelmente os negocios correriam por um modo bem differente: abrir-se-lia a sessão todos os dias ás onze e meia; as interpellações ter-se-iam effectuada em forma de perguntas ao governo mesmo antes da ordem do dia, e a discussão da ordem do dia começaria a horas regulares; e se o governo se tivesse collocado como lhe cumpria á frente dos trabalhos das commissões e da camara em vez de os diffcultar com o seu abandono, ter-se-iam já discutido e votado os negocios importantes a que se refere o governo, nem seria necessaria a proposta que está na mesa porque não haveria interpellações pendentes. Queixe-se pois o governo de si mesmo, e não queiram que se prejudiquem os direitos dos representantes da nação como remedio ás faltas do governo. Nem se diga que o governo tem de estar também nas secretarias e por isso não pôde vir todos os dias á camara, porque tudo se pôde conciliar: quando se discute, por exemplo, uma medida de fazenda na ordem do dia, pôde o sr. ministro da fazenda estar na sua secretaria até á uma hora e vir depois representar o governo na ordem do dia; e todos os outros srs. ministros podem vir á camara desde as onze e meia até á uma da tarde, indo depois de se entrar na ordem do dia para as suas secretarias; mas o contrario d'isto é o que se passava, pois varios srs. ministros deixam de vir á camara em occasião alguma da sessão, e outros, como o sr. ministro do reino, entram durante a ordem do dia, quando se não discutem projectos das suas repartições, e portanto veem aqui para conversar com os srs. deputados, tendo deixado de vir quando as suas presenças eram reclamadas, isto é, antes da ordem do dia. Apesar d'isso não deseja prejudicar o andamento dos trabalhos que tão atrasados estão, e por isso não tem duvida em adoptar a indicação do sr. ministro do reino, que se façam as interpellações antes da ordem do dia; na ultima hora da sessão; em uma hora de prorrogação; em um dia que o sr. presidente indique; mas em todo o caso que se adopte um meio para que o direito de interpellar o governo não se torne uma ficção.

O sr. *Presidente*: — a disposição regimental a respeito de interpellações é que ellas tenham logar na ultima hora da sessão (*apoiados*), e é o que tem tenção de fazer.

O sr. *Faria Guimarães*: — já em d'estes dias chamou a attenção do sr. presidente sobre o objecto das interpellações, porque do modo que as cousas têm corrido até agora está completamente annullada a iniciativa dos deputados. Não faz questão do modo como deve dar-se andamento ás interpellações; o que deseja é que se designe uma hora para ellas terem logar, sem prejuizo da discussão dos importantes assumptos que estão pendentes.

O sr. *Faustino da Gama*: — em 26 de março passado annunciava uma interpellação ao sr. ministro das obras publicas, sobre o estado e contrato do caminho de ferro de Cintra. Tem esperada com uma resignação serafica que esta interpellação tenha logar.

Acredita, por se suppor bem informado, que já o sr. ministro das obras publicas tinha dito ao sr. presidente que estava habilitado a responder; que esperava pois que s. ex.ª o sr. presidente desse a attenção devida á prerogativa parlamentar de pedir informações sobre os negocios publicos aos srs. ministros; prerogativa que elle, orador, conhecia e sabia ser tão respeitada em outros parlamentos: de um sabia elle, que se pôde tomar por modelo, aonde o deputado annuncia a sua interpellação para dia determinado, sendo uso dar ordinariamente nem menos de oito dias nem mais de quinze, e os ministros

da coroa ali julgam ser do seu mais sagrado dever dar cumprimento a taes indicações. Conta que o sr. presidente tomará uma resolução que satisfaga á camara e habilite os deputados a cumprir o seu mandato. Pelo que diz respeito ao artigo 24.º do contrato do caminho de ferro de Cintra, clama contra o que se está vendo, com grande perda para o paiz.

O sr. *Plácido de Abreu*: — não pôde deixar de unir a sua voz á dos illustres deputados que tem tratado d'este assumpto, e de pedir ao sr. ministro do reino que tenha a bondade de dar á camara alguns esclarecimentos a respeito de pontos sobre que se lhe tem annunciado interpellações.

Ha bastante tempo que annunciou duas notas de interpellação ao sr. ministro do reino, uma com relação ás desordens que ocorreram em Ponte de Lima, e outra sobre os acontecimentos na villa dos Arcos, e do procedimento que s. ex.ª teve com o administrador do concelho, pediu que fossem enviados á camara os esclarecimentos a este respeito, e até hoje não foi satisfeito este pedido.

Insiste, pois, em que os srs. ministros venham dar explicações á camara em relação aos assumptos sobre que tem sido interpellados, e o sr. presidente destine o dia que lhe parecer, ou segundo o regimento, ou segundo as praticas, para que as interpellações se verifiquem.

O sr. *Alves Martins*: — entende que se deve adoptar um meio termo entre a proposta do sr. Arrobas, e a prorrogação da sessão por uma hora para as interpellações, verificando-se estas antes da ordem do dia, porque na hora da prorrogação de sessão ordinariamente quando se quer votar não ha numero. Parece-lhe, pois, mais conveniente, concordando o sr. ministro, que se adopte este meio termo, sendo com tudo annunciadas ás interpellações aos srs. ministros, e dando-se elles promptos para responder.

O sr. *Ministro do reino* (Fontes Pereira de Mello): — d'esta vez parece-lhe razoavel o meio termo apresentado pelo illustre deputado entre a proposta do sr. Arrobas, e a designação da ultima hora para as interpellações. Se a camara entende que antes da ordem do dia haja interpellações, pela sua parte não se oppõe, como ministro, mas se fosse simplesmente deputado oppunha-se, porque a primeira parte da ordem do dia é destinada para certos objectos proprios, e para os quaes também é necessario que haja tempo; no entanto se a camara quer que as interpellações tenham logar antes da ordem do dia, contanto que esta comece á 1 hora, por parte do governo não se oppõe, porém no que não concorda, e foi o que ha pouco disse, é que haja um dia destinado todas as semanas para interpellações, e o que lhe parece razoavel é que o sr. presidente fique autorisado, ou para, em um dia de prorrogação, ou mesmo n'uma ordem do dia especial, de acordo com o governo, marcar as interpellações, não se verificando estas sem serem annunciadas, pois pela sua parte não tem senão immenso desejo de satisfazer aos illustres deputados, respondendo sobre os acontecimentos dos Arcos de Val de Vez e Ponte de Lima, e sobre todos os pontos ácerca dos quaes se tem mandado notas de interpellação.

O sr. *D. Rodrigo de Meneses*: — pediu a palavra para se oppor á proposta do haver interpellações na primeira parte da ordem do dia, quando ella é destinada para tratar de outros muitos negocios; por isso entende que as interpellações devem ter logar na hora de prorrogação, que é o que sempre tem acontecido n'esta casa.

O sr. *Presidente*: — se acaso se deixar á presidencia o designar o dia para as interpellações, a sua tenção é que o primeiro dia para ellas se verifiquem seja o de segunda feira, na conformidade do regimento.

O sr. *Arrobas*: — pede para retirar a sua proposta. É retirada.

O sr. *Barros e Sá*: — manda para a mesa o seguinte requerimento:

«Requeiro ser inscripto para tomar parte na interpellação annunciada pelo sr. Plácido de Abreu, sobre o negocio relativo ao delegado dos Arcos de Valle de Vez, ácerca do julgamento do ex-administrador do concelho dos Arcos. — *Barros e Sá.*»

Manda fazer a communicação.

O sr. *Afonseca*: — tem hoje de chamar a attenção da camara sobre um desastre nacional, sobre uma catastrophe publica. É com a maior relutancia que o faz, mas tem um dever a cumprir, e ha de cumpri-lo até onde chegarem as suas forças. Ha dias interpellou o ministerio ácerca de boatos que corriam a respeito de Angola; o ministerio respondeu que nada havia, e que nenhum fundamento tinham as noticias propagadas talvez de proposito para aterrar.

Infelizmente acaba de chegar o vapor da companhia de Africa, e traz plena confirmação aos boatos que não tinham fundamento. O Ambriz está quasi todo invadido pelos indigenas, estamos apenas em communicação com Loanda pelo mar. Os presidios do Duque, o Bembe, tudo está em poder dos pretos; mandaram-se cento e cinquenta soldados, mas tão mal providos que quasi não tinham nem pólvora nem bala, tiveram de fugir diante de uma força imponente de pretos, e cegos com a fuga, e com a esperança de passarem a vau o rio do Ambriz para assim collocarem o rio entre elles e os seus perseguidores, dos cento e cinquenta afogaram-se na torrente caudalosa cento e seis, incluída uma mulher, e que foram, mesmo á vista dos quarenta e tantos que escaparam, devorados pelos jacarés em que abundam quasi todos os rios de Africa.

Mossamedes já foi invadida e saqueada pelos indigenas, e n'este mesmo vapor que chegou, vem alguns passageiros, que de homens de certos meios passaram a não ter recursos nenhuns, porque foram saqueados, e muito felizes de escapar com vida.

A expedição que se prepara e da qual já parti parte, é totalmente inadequada. Vejamos o tempo que levou a preparar-se. Ha quatro ou cinco mezes que chegaram aqui notas do estado de fermentação em que aquella possessão se achava; e se se tivesse dado a este assumpto a actividade que elle merecia, talvez que estes desastres se tivessem evitados.

Em 1505 D. Jaime, duque de Bragança, apromptou em quatro mezes uma expedição de 400 velas, 18.000 homens de infantaria, e 2.500 homens de cavallaria.

Como se trabalhava então, e como se dorme hoje!!!

Tem um fatal presentimento de que Angola, a melhor joia das nossas possessões africanas, estará em tres mezes muito peor do que hoje se acha, e Deus sabe que está longe de estar bem.

Pede ao governo que communique á camara o que houver a respeito d'estas noticias, e venha aliviar a camara da anxiedade que pesa sobre ella.

O sr. *Arrobas*: — como esteja presente o sr. ministro do reino, entende que é especialmente ao sr. ministro da marinha que incumbe dar explicações mais especiaes a este respeito; e por isso manda para a mesa o seguinte requerimento, ao qual pede se dê expediente com toda a urgencia:

«A importancia e gravidade das noticias officiaes, já recebidas pelo governo, com relação á provincia de Angola, reclamam que o sr. ministro da marinha venha incontinentemente dar conta á camara do estado da referida provincia, para se poder providenciar opportunamente, conjurando o perigo que corre em nossas possessões d'aquella provincia; por isso

Requeiro que immediatamente se convide o sr. ministro, para sem perda de tempo ser interpellado

sobre este assumpto, trazendo á camara as communicações officiaes já recebidas pelo vapor *Estephania*. — O deputado por Cabo Verde, *Antonio Maria Barreiros Arrobas.*

O sr. *Presidente*: — este requerimento manda-se expedir já.

O sr. *Alves Martins*: — entende que o requerimento do sr. Arrobas se deve expedir desde já; porque sendo um negocio extraordinario não deve ir pelos tramites ordinarios, até porque n'esse caso nada se adiantava, e o assumpto demanda a mais pequena demora.

O sr. *Presidente*: — vac expedir-se immediatamente.

O sr. *Ministro do reino* (Fontes Pereira de Mello): — parece-lhe muito mais curial, sem duvida, o expediente indicado pelos illustres deputados Arrobas e Alves Martins, do que o que foi empregado pelo sr. Afonseca. Estes cavalheiros entenderam que, sobre um objecto tão importante e tão grave, como o que se annunciou á camara, dizendo-se que havia noticias de uma provincia ultramarina que eram assustadoras, e que mereciam a attenção dos poderes publicos, desejavam primeiro que tudo a presença do ministro da repartição competente, para informar a camara dos acontecimentos, e sómente depois d'essa informação a camara se acharia habilitada a emitir o seu voto sobre o assumpto a que se refere.

O sr. deputado que encetou este debate, levado de certo por um zelo pela causa publica... (O sr. *Afonseca*: — apoiado) e pelos negocios de Africa, julgou a proposito fazer algumas reflexões, que mais pareceram censuras aos actos da administração, de alguns dos quaes ella não pôde ter a responsabilidade, porque não são actos seus proprios, porque não são filhos de providencias suas, nem mesmo de negligencia da sua parte, e outros que devem ser imputados apenas ás circunstancias extraordinarias, que não é dado a ninguém prevenir nem remover.

Crê que se acaso houve algum desastre, de que não tem conhecimento, na provincia de Angola, acontecendo que uma força, segundo diz o sr. deputado, e não elle, orador, tendo de passar um rio, se afogou quasi toda no mesmo rio, acreditado, que não é isto motivo para incriminar os ministros que estão em Lisboa, nem para fazer accusações d'estas, e julgar que elles são responsaveis por estes acontecimentos, que estavam completamente fóra do seu alcance, e que não podem de forma alguma nem remover nem remediar.

Parece-lhe que é sensato e prudente, e crê que não serve para nada, que não é util para a causa publica, que não convém nem importa á futura prosperidade da provincia de Angola, ao futuro, n'uma palavra, da monarchia, que se estejam incriminando os poderes publicos, sobretudo o poder executivo, por circunstancias que são completamente alheias ás suas determinações. Mas o sr. deputado, depois de ter feito todas estas accusações e censuras, desejou saber do governo o que ha a respeito de acontecimentos que s. ex.ª desde já relatou á camara.

Declara á assembléa que esteve com o sr. ministro da marinha até ás tres horas da madrugada, e com os seus collegas em conselho de ministros, e até a essa hora ainda não sabia cousa alguma, nem o podia saber porque o vapor, a que se referem as noticias do illustre deputado, entrou esta manhã; por consequencia a camara já vê que não era possivel que se soubesse hontem alguma cousa; e não o sabendo ainda agora, não pôde informar a camara dos acontecimentos que tiveram logar em Angola.

Ignora portanto se elles se deram como o illustre deputado os apresentou; e, se assim foi, o que prova é a necessidade cada vez mais incoercivel de se tomarem medidas severas a respeito d'aquella provincia, e reforçar os meios que o governo já começou a empregar para remover as difficuldades que se encontram; e quando diz o governo, não se refere ao gabinete actual, mas á acção combinada dos poderes publicos, que a constituição reconhece para fazer leis.

Sente que o sr. deputado quizesse amesquinhar tanto os recursos de que o governo dispoe para fazer frente ás necessidades d'aquella provincia; e torna a repetir, que não é sómente o governo que defende, são as camaras e o paiz, e tem pena de que lá fóra, e mesmo em Portugal, alguns estrangeiros lendo as sessões parlamentares vejam que nós tratamos de amesquinhar e tornar ridiculos certos esforços que empregamos para melhorar as nossas provincias ultramarinas.

Tem pena de que, quando se preparam 700 ou 800 homens, que não é uma força enorme, mas que é alguma cousa para a distancia em que está essa provincia, se diga que o governo manda apenas 200 homens incorrigiveis! Isto pecca por não ser exacto, e quando um orador consciencioso, como reputa o sr. deputado, vem fazer censuras ao governo por factos de que não tem conhecimento, começando por atacar os poderes publicos, parece que devia merecer da parte da assembléa uma certa reserva em acreditar completamente as observações que fez o illustre deputado, que parecem ser mais dominadas por espirito de paixão, do que pela independencia de caracter que é o primeiro a reconhecer no illustre deputado. (O sr. *Afonseca*: — pede a palavra.)

Pensava que fazia um elogio ao sr. deputado n'aquella que toma como censura: pois pela sua parte declara que quando trata dos interesses do seu paiz está animado d'essa paixão, e como não quer aceitar o elogio, toma-o para si.

Resumind', dirá que a camara não se pôde agora occupar d'este assumpto. Não acha conveniente que se debata um facto d'esta ordem, sem estar presente o ministro respectivo, e sem se terem examinados os documentos; e não lhe parece curial que se approve uma moção, pela qual se diz ao ministro que venha incontinentemente responder á camara. O ministro tem necessidade de examinar os documentos para saber as medidas que tem a tomar, para remover os inconvenientes que se dizem existir na provincia de Angola.

O sr. *Arrobas* (sobre a ordem): — pede que esta discussão fique adiada até que o sr. ministro da marinha se ache habilitado para vir responder á sua interpellação, e que n'essa occasião se dê a palavra a todos que a pedirem sobre a questão, e com esse fim manda para a mesa a seguinte proposta:

«Proporho que seja adiada a discussão sobre os acontecimentos de Angola para quando comparecer o sr. ministro da marinha e ultramar, dando-se n'essa occasião a palavra aos srs. deputados que a pedirem sobre o mesmo assumpto. — *Arrobas.*»

É apoiada, e logo aprovada.

O sr. *Abraheas*: — manda para a mesa uma representação das freiras dos conventos de Vianna do Castello, contra a desamortisação dos bens das freiras.

O sr. *Rebello de Carvalho*: — manda para a mesa uma representação da camara municipal de Felgueiras, districto do Porto, pedindo a approvação do projecto de lei apresentado pelo sr. Cabral e Noronha, sobre o recrutamento militar.

O sr. *Azevedo e Cunha*: — manda para a mesa uma representação de diferentes cidadãos residentes em Évora, que pedem a prorrogação da carta de lei de 28 de fevereiro de 1851, a fim de poderem capitalisar documentos de credito posteriores a agosto de 1833, de que são possuidores; citam o exemplo da prorrogação por duas duas vezes do decreto de 3 de

dezembro de 1851; parece-lhe justa a pretensão dos supplicantes, e por isso não tem duvida em a apresentar para que a camara a tome na consideração que julgar digna.

ORDEN DO DIA

O sr. *Presidente*: — segundo a ordem do dia que estava dada, devia passar-se agora á leitura de alguns pareceres de commissões; mas a hora está tão adiantada, que a camara quereá passar antes á discussão do projecto sobre a contribuição industrial (*apoiados*). Fica portanto a continuação da leitura dos pareceres de commissões para o primeiro dia de sessão, e vai ler-se o artigo 24.º do projecto n.º 45 sobre a contribuição predial.

A requerimento do sr. Mousinho de Albuquerque entram em discussão conjuntamente os artigos 24.º e 25.º

O sr. *Gonçalves de Freitas* (sobre a ordem): — lê e manda para a mesa a seguinte proposta:

«Proporho que seja admittido no projecto em discussão o seguinte artigo adicional:

«A presente lei não terá execução na ilha da Madeira, em quanto n'esta provincia vigorar o actual systema tributario. — *A. Gonçalves de Freitas*. — *L. V. de Afonseca*. — *Freitas Branco*.»

(Continuando) esta proposta é tão manifestamente justa, que não pôde duvidar por um momento da sua approvação. Na ilha da Madeira nunca houve até hoje, contribuição industrial paga para o estado, nem a podia haver, por uma disposição legal e equitativa. Pelo decreto de 30 de julho de 1832 foram extintos os dizimos no continente do reino, mas ficaram subsistindo na Madeira e Açores, em quanto a estas provincias se não applicasse o systema tributario do continente. Esta mesma disposição foi guardada e confirmada pela carta de lei de 7 de abril de 1838, que creou a decima industrial. Portanto parece fóra do duvida que em quanto na Madeira existirem os dizimos, não se lhe pôde exigir, nem ha direito para exigir-lhe, nenhuma das contribuições que formam o complexo ou regimen de tributos adoptado no continente. É verdade que este direito pôde ser destruido pela lei que se discute, mas entende que não é opportuna a revogação; não é esta a epocha propria para lançar sobre a pobre provincia da Madeira um imposto inteiramente novo, indo surpreender-la com uma contribuição estranha; precisamente no momento em que ella estende as mãos aos poderes publicos, a implorar-lhes remedio aos males que soffre. Não podia ser esta a mente do governo, nem da illustre commissão de fazenda. A extincção dos dizimos vai ter logar, a proposta do sr. ministro da fazenda sobre este assumpto já foi approvada pela illustre commissão de fazenda. Esta medida que á luz dos bons principios economicos não pôde ser combatida, não deixou de levantar contra si geraes clamores na ilha da Madeira, não porque os contribuintes tenham amor aos dizimos, porque crê que ninguém ama o imposto, qualquer que seja a fórma de baixo da qual elle se apresenta, mas porque os atormentava o receio de que a substituição fosse mais gravosa. No entre tanto em vista das disposições do nobre ministro da fazenda, e do illustre relator da commissão, aos quaes já expendeu particularmente as suas idéas a este respeito, entende que adoptadas as modificações que pretende apresentar ao projecto da extincção dos dizimos, a Madeira ha de lucrar muito com esta reforma tributaria.

Não excedendo as contribuições predial e pessoal o termo medio dos dizimos nos ultimos annos, o estado ha de perceber com mais exactidão e mais facilidade o mesmo que recebia dos dizimos, e os proprietarios e lavradores que exclusivamente os pagavam, hão de ficar n'uma posição excessivamente mais vantajosa. É pois justo que só na epocha em que esta reforma se opera, se dê na Madeira execução á presente lei, para que o gravame da contribuição industrial seja compensado pelos beneficios que d'aquella reforma hão de provir para os contribuintes. E isto de estudar a melhor epocha para exigir do povo uma contribuição nova, não lhe parece ser cousa indifferente. Acresce em apoio da sua proposta, que visto não se ter cobrado até hoje na Madeira nenhuma contribuição industrial para o estado, as camaras municipaes quasi que se estão nuttindo exclusivamente de impostos lançados sobre as industrias fabril e commercial, e para que estas industrias não soffram com a accumulção insepada dos dois impostos municipaes e do estado, convem dar tempo aos municipios para explorarem outras fontes de receita, e reduzir o imposto municipal até onde for possivel e em relação áquellas industrias que não podem supportar o gravame dos dois impostos.

A proposta é admittida á discussão.

O sr. *Presidente*: — igual a esta proposta existe outra apresentada pelo sr. visconde de Portocarrero, por occasião da discussão dos artigos 3.º, 4.º e 5.º, com a differença de ser também extensiva aos Açores. Esta proposta foi então admittida á discussão, mas ficou reservada para se tratar depois, parecendo-lhe ser agora occasião de a declarar em discussão juntamente com a do sr. Gonçalves de Freitas (*apoiados*).

Ficam ambas em discussão com os dois artigos 24.º e 25.º

O sr. *Ministro da fazenda* (Casal Ribeiro): — concorda em que tanto a proposta apresentada pelo sr. Gonçalves de Freitas, como a anteriormente pelo sr. visconde de Portocarrero, vão á commissão de fazenda para as considerar e apresentar sobre ellas o seu parecer definitivo.

O governo, como a camara sabe, apresentou já uma proposta para a extincção do systema de impostos que existe nas ilhas, e que foi á muito tempo condemnado no paiz; entretanto os dizimos recaíndo exclusivamente sobre os productos agricolas, não affectam de modo algum as rendas nem o capital movei, a que se dirige o imposto de que actualmente se trata, e foi por isto que o governo tornou applicavel a disposição d'esta lei, tanto á Madeira como aos Açores. Entretanto não tem duvida em que as duas propostas vão á commissão para sobre ellas dar o seu parecer; podendo votarem-se os artigos do projecto sem prejuizo do que se resolver ácerca d'essas propostas.

O sr. *Almeida Pessanha*: — parece-lhe muito importante e grave a doutrina do artigo 24.º, e tem duvida em o approvar como está, porque o julga opposto aos principios fundamentais da carta constitucional.

Pela carta e pelo artigo 12.º do acto adicional, compete ás cortes fixar annualmente as despesas do estado, e é da iniciativa da camara dos deputados estabelecer impostos, competendo sómente ao governo fazer os regulamentos para a execução das leis. Em vista d'isto a camara não pôde autorisar o governo a estabelecer impostos por quatro annos. Está persuadido de que pelo projecto não escapa industria alguma de ser tributada, mas suppondo que alguma escape, ou que pelos progressos sociais alguma se crie de novo, não julga constitucional que o governo lhe possa estabelecer impostos por quatro annos sem que a camara sancione esses impostos. Por consequencia propõe e manda para a mesa a seguinte:

«Emenda ao artigo 24.º do projecto n.º 45: Qualquer industria, profissão, arte ou officio omisso nas tabellas A e B, que evidentemente seja semelhante a algum dos que ali vão mencionados, será classificado segundo essa industria, profissão, arte ou officio.

A respeito, porém, das industrias, profissões, ar-

tes ou officios que não possam desde logo obviamente assimilar-se, ou dos que os progressos sociais forem creando, o governo, precedendo as necessárias informações, os classificará em novas tabellas.

§ unico. O governo proporá annualmente ás cortes a tabella geral de todas as industrias, profissões, artes ou officios, que tenham sido classificados para assimilação, ou para novas taxas, a fim de obter a sancção legislativa. — *J. P. de Almeida Pessanha*. — *Monteiro Castello Branco*. — *J. L. Gavicho.*

Admittida e fica igualmente em discussão.

O sr. *Henriques Secco* (pedindo a palavra sobre a ordem): — depois de indicar que este artigo contém tres diferentes disposições legislativas e de as mencionar, observa que a simples leitura d'ellas é sufficiente para a camara se convencer de que as não pôde approvar. Poderá parecer á primeira vista que uma d'estas disposições é inutil, porque o governo teve tanto cuidado em comprehender nas tabellas todas as profissões, artes e industrias, que será impossivel que tenha escapado alguma; todavia apesar d'isso o governo entendeu que se devia munir de uma autorisação para fazer contribuir qualquer industria que por ventura tivesse escapado.

Porém em todos os paizes onde rege o systema representativo, o estabelecimento dos impostos é uma attribuição exclusiva do corpo legislativo.

De mais a mais a carta constitucional no artigo 35.º, declara que a iniciativa sobre impostos pertence exclusivamente á camara dos deputados, e já se vê que tanto assimilar as industrias que houverem sido omittidas nas tabellas, como collectar aquellas que não tiverem similhanças nas tabellas, não é senão uma iniciativa de impostos, iniciativa que não compete mesmo a todo o poder legislativo, mas sómente á camara dos deputados, e parece impossivel que sendo a carta constitucional tão severa em vigiar pela iniciativa dos impostos, os representantes do povo sejam tão pouco avaros d'esta regalia que a vão entregar nas mãos do governo.

E que inconveniente haverá em que uma industria não seja desde logo collectada á sua nasçença? Apenas haverá uma certa desigualdade deixando de concorrer essa industria para as despesas do estado quando as outras concorrem. Mas este inconveniente apenas momentaneo valerá a pena de ir preterir principios fundamentais do direito publico e da carta constitucional? O corpo legislativo reúne-se todos os annos, e cada anno o governo lhe pôde apresentar a tabella das novas industrias que devem ser acrescentadas ás tabellas.

Bem examinada a doutrina d'este artigo, vê-se que é a completa subversão do systema parlamentar, são invertidas as posições, porque é o executivo que lança o tributo, e o parlamento serve unicamente para o humolgar; é este o intuito do § unico do artigo.

Em quanto ao artigo 25.º, contém elle também tres disposições. Pela primeira é o governo autorisado a proceder aos regulamentos necessarios para a execução da lei. Esta autorisação é regular, ao governo compete fazer os regulamentos necessarios para a execução das leis, e tinha esta autorisação ainda que não fosse inserta na lei.

A segunda autorisação o governo a fazer as despesas que exigir o aperfeiçoamento das matizes. Também esta autorisação lhe parece regular, mas mais regular lhe parecia, que no orçamento do estado figurasse uma verba com applicação ás despesas d'esta lei, e mesmo era este o unico meio de poder tomar em tempo competente contas ao governo do modo como fez as despesas publicas, no sentido de dar execução á lei.

A outra autorisação consignada no artigo, facultada ao governo o direito de estabelecer as multas convenientes para tornar effectiva a execução da lei. Parece-lhe que não se pensou devidamente quando se redigiu este artigo. Estabelecer multas que são sempre penas, ainda que de uma categoria especial, é sempre objecto muito delicado, e a sua iniciativa é também privativa do poder legislativo, iniciativa que elle não pôde abdicar.

Além da razão que produziu do systema representativo, podia argumentar com o texto de outras leis, e designadamente com o que determina o codigo administrativo; mas como esta lei pôde ser revogada por outra, appellará ainda para o artigo 145.º § 10.º da carta constitucional, que estabelece que nenhum possa ser julgado senão pela autoridade competente, e segundo as penas estabelecidas em lei anterior. Ninguém pôde soffrir uma pena que não esteja comminada na lei; por consequencia nem o governo pôde ser autorisado a applicar penas que não estão estabelecidas, nem o parlamento desistir da prerogativa que tem de as estabelecer.

Além da violencia que n'este caso se faz aos principios, também se faz violencia ás conveniencias publicas. O governo quando se quer munir de autorisação para estabelecer multas, ou é para obrigar os contribuintes ao pagamento da collecta, ou para elles mesmos se tributarem. Para os obrigar a que elles se tributem vindo escrever-se nas matizes, é desnecessaria a autorisação porque a execução da lei é commettida a autoridades e funcionarios taes, que ao governo não deve restar duvida que nenhum cidadão possa escapar á rede do imposto, e se houver alguma omisión, deve ser antes attribuida a essa ordem de funcionalismo a quem se commette a execução da lei, funcionalismo que é subordinado ao poder executivo, e por isso se afastou a interferencia do conselho de districto.

Para obrigar os contribuintes ao pagamento completo das quotas, também lhe parece que a multa é desnecessaria, e por consequencia desnecessaria a autorisação ao governo para a estabelecer. Desde que o contribuinte é collectado, se é dono de fabrica ou de qualquer estabelecimento, a propriedade serve de hypotheca á fazenda; e se os collectados são operarios, o dono do estabelecimento é responsavel pela collecta que lhes for lançada, de modo que a fazenda nunca pôde ser prejudicada.

Antes de terminar fará uma declaração; vota contra este projecto assim como contra todos os outros que o governo tem apresentado, tendentes a augmentar a receita publica. Já se disse que ha dois meios de elevar a receita publica; um augmentando effectivamente a receita por meio do imposto, outro diminuindo a despesa. O governo não usou, na sua opinião, como lhe cumpria, da obrigação que tinha de diminuir as despesas publicas, habilitando-se assim para exigir ao paiz novos sacrificios. Usando das autorisações que uma camara demasiadamente benevolente para com elle lhe concedeu para organizar as secretarias d'estado, longe de diminuir o funcionalismo, augmentou-o em grande escala. Geralmente se reputa, que os empregados que existem nas secretarias são alem do que exige o serviço publico; mas não é só nas secretarias onde se poderá levar a economia bem entendida, em muitos outros corpos do estado o governo poderia ter feito cortes.

Apontaria, por exemplo, o tribunal de contas, que está com onze conselheiros, tendo out'ora quatro e depois oito; não só se elevou o numero, mas augmentaram-se os ordenados.

O conselho de instrução publica em Coimbra exercia as suas funções, de certo maiores que aquellas que exerce em Lisboa, com oito membros; em Lisboa tem doze. Referindo-se a este tribunal não falla só no elevado pessoal d'elle, mas também nas avultadas gratificações, o que de certo modo vae de encontro á lei que prohibe as accumulções.

Uma outra fonte de economias é a redução dos governos civis, necessidade ha muito tempo reco-

nhedida por toda a gente. Os governos civis podem ser reduzidos a doze, e ainda que não tem cabal conhecimento da materia para n'uma questão indifferente indicar quaes os governos civis que devem ser extintos, parece-lhe que pôde afortunadamente dizer, que de Lisboa ao Porto bastam tres governos civis, podendo supprir-se os de Leiria e de Aveiro.

É necessario reduzir o corpo diplomatico, porque um paiz como o nosso não pôde ter tantos ministros em tantas cortes; cumprir a lei com relação aos donatarios da coroa; regular o que se chama fiscalisação industrial das alfandegas; exercer o governo toda a sua solicitude com relação aos exatores da fazenda, para não sermos victimas novamente de factos analogos áquelle que se deu em Paris; e fazer com que os agraciados com mercês honorificas paguem á bôca do cofre os direitos que lhes competem, porque todos sabem que por via de regra elles não pagam com grande detrimento da fazenda nacional.

Tendo apontado mui resumidamente diversos artigos em que a solicitude do governo, applicada como devia ser, podia produzir muitos centenares de contos de réis de receita para o estado, conclue dizendo, que o caminho que o governo devia ter seguido, que era o verdadeiro caminho constitucional, deveria ter sido antes de apresentar leis tributarias, aproveitar todos estes meios de receita, para os apresentar depois, se elles não fossem sufficientes.

Termina mandando para a mesa a seguinte emenda: «Propoño a eliminação do artigo 24.º e da disposição do artigo 25.º, sobre estabelecimento de multas pelo executivo.»—Henriques Secco.

É admittida á discussão.

O sr. Aragão (sobre a ordem):—queria mandar para a mesa uma moção de ordem com relação ao artigo 24.º; mas, tendo sido prevenido pelo sr. Secco nas considerações que tencionava fazer sobre este artigo, nada dirá, limitando-se a apresentar a seguinte substituição (leu).

A respeito do artigo 25.º, em quanto á primeira parte o que o sr. Secco disse não offerece duvida, desde que o parlamento vota esta lei deve dar ao governo a autorisação para fazer os regulamentos necessários para o desenvolvimento e execução das suas disposições; mas elle, orador, reputa este artigo como o complemento de um systema perigoso e inconstitucional, que o governo estabeleceu nos artigos 13.º e 15.º d'este projecto.

Quando por occasião da discussão do projecto de lei da contribuição predial, viu apresentar na camara uma medida que suprimia tribunas legalmente estabelecidas, que saltava por cima de todos os principios de administração, porque se dava uma parte do contencioso a empregados do governo sem respeitabilidade, sem independencia, sem instrução especial, julgou que isso não significava mais do que um pequeno orgulho financeiro; mas agora depois do que se passou, depois de se ter mostrado até á saciedade a improcedencia das razões que se deram por parte do governo e da commissão, agora começa a ver, não um pequeno orgulho financeiro, mas tendencias do verdadeiro despotismo, tyrannia fiscal.

Já era muito o que se havia estabelecido nos artigos 13.º e 15.º, os quaes, a proposito, declara que teria rejeitado se estivesse presente quando se votaram, mas o que se estabeleceu no artigo 25.º, alem de ser perigoso e inconstitucional, é uma doutrina absurda. E se não digam-lhe, quem ha de promover o processo para a imposição da multa de que n'esse artigo se trata? O ministerio publico, o escriptivo de fazenda, o administrador do concelho? Não, porque fazem parte da junta que ha de julgar. Então qual é o agente do governo? Não é ninguém. Mas suppondo que ha quem promova, e que a junta dos repartidores julgue, quem ha de dar execução ao julgamento d'ella? O ministerio publico, o escriptivo de fazenda, e o administrador do concelho não, porque são juizes; e por consequencia não ha tambem quem promova a execução.

Ora ha a certeza de que a junta dos repartidores ha de fazer sempre justiça? Não, e para quem se ha de recorrer, quando ella faça alguma injustiça? Não ha recurso algum.

Manda para a mesa a sua proposta, que é a seguinte:

«Propoño que em lugar das palavras—de quatro em quatro annos—se diga—todos os annos.

Propoño que o projecto volte á commissão para designar os casos em que podem ter lugar as multas de que trata o artigo 25.º, e designar o minimo e o maximo d'essas multas; e bem assim para estabelecer as bases do processo para o julgamento e arrecadação das mesmas multas.»—Aragão Mascarenhas.

É admittida á discussão.

O sr. Affonso:—pediu a palavra para apoiar o additamento offerecido pelo illustre deputado pela Madeira, seu collega.

Entende que a doutrina d'elle é baseada na razão e na justiça. Ninguém pôde conceber que uma provincia, ou um ponto qualquer do paiz ha de arder entre dois fogos, pagando como ali o dizimo, e simultaneamente a contribuição industrial que ora se discute. Era isto por tal forma revoltante e obnoxio que não se persuade por um só momento que fosse essa a mente da commissão.

A Madeira é verdade que não tem grandes motivos de se applaudir dos favores que tem recebido d'aquelles que governam na mãe patria. Já fez ver á camara que quando lhe faltou o seu unico genero de exportação e produção, consentiu o governo que andasse ella de porta em porta mendigando o obolo da caridade, em quanto que um visitador do thesouro ha buscar alguns centos de mil réis que existiam na reccabedoria da provincia. Um modo de proceder igual a este não serve por certo para captar as sympathias de uma possessão, como a Madeira (o sr. Thomaz de Carvalho:—possessão? Provincia é melhor). Possessão, repete ao nobre deputado; possessão vem de posse, e ninguém disputará por certo de que a Madeira é terra possuída portugueza, de que Portugal está de posse. Honra-se muito com isso; preza-se de ser portuguez, e faz votos para que continue a sê-lo.

É verdade que um desejo de augmentar o numero das suas provincias, fez com que se desse um corte geographico de cento e cincuenta leguas, o se collocasse a Madeira que Deus tinha posto aquelle numero de leguas longe da metropole, a par da Extremadura; é certo isto, mas apesar d'esta annexação contra natura, a Madeira não deixa de ser possessão, e espera no Ente Supremo que assim continue a ser.

Confessa que deplorou este passo, porque a categoria de provincia a que a elevaram sujeitou-a ás leis do reino, que muitas vezes são contrarias aos seus habitos, á sua indole, ás suas circumstancias especiaes. Ao passo que sendo estado ultramarino como d'antes era, regia-se por outro modo, e tinha uma legislação mais adequada á sua posição e ás differenças que lhe marcava o seu diverso modo de ser.

De tempos immemoriaes está o povo habituado ao pagamento das contribuições em genero, e é força confessar que este modo de concorrer para as despesas publicas encontra as sympathias d'aquelles povos, e uma mudanca como aquella que se propõem é mal recebida. Sabendo contudo que a sentença está lavrada, e que os dizimos tem de ser abolidos, porque é proposta do governo, e a sua maioria não deixaria de a approvar, de antemão apresentou um projecto de lei n'esse mesmo sentido,

mas deixando aos povos a opção de pagar a contribuição ou em genero ou em numerario, e creando uma commissão na ilha para a formação das tabelas, propondo que esta commissão fosse presidida pelo governador civil, verdadeiro representante e delegado da politica do governo. Esta proposta dorme o sono do repouso no seio das commissões a que foi enviada, e não tem o menor vislumbre de esperanza que de lá saia, ficando d'este modo inutilisado o seu trabalho e a boa intenção com que o formulára.

É este um novo veto que se inventou para a iniciativa dos deputados.

Vae emitir uma opinião que sabe perfeitamente se taxará de fossil; mas o que é certo é que quem offerece já as Neves alpinas, branqueando-lhe a fronte, é já fossil por sua natureza.

Os dizimos que os nossos cabelleiras tinham engravado em principios religiosos, pagar dizimos e primicias, era uma contribuição que se pagava sem custo, e rendia para o estado 6 ou 8.000.000\$000 réis. Desejava saber qual é a contribuição que os substituiu que é capaz de render tanto, e mesmo se todas essas que se crearam e inventaram depois são capazes de se lhe avantajarem. Não quer abusar mais da bondade da camara, e vota pelo additamento proposto.

O sr. Faria Guimarães (sobre a ordem):—vae mandar para a mesa uma proposta, porque, ou sejam as multas consideradas como contravenção ou como penalidade, em todo o caso são uma pena, e não está resolvido a dar um voto de confiança ao governo n'este caso, pelo menos em quanto se não fixar o maximo e o minimo da pena que o governo pôde impor.

Manda pois para a mesa a sua proposta que é a seguinte:

«Propoño de eliminação ao artigo 25.º

Proponho que sejam eliminados do artigo 25.º as palavras seguintes—estabelecer as multas convenientes para tornar efectiva essa execução.»—Faria Guimarães.

É admittida á discussão.

O sr. Chamiço (sobre a ordem):—manda para a mesa um additamento ás tabelas a fim de ser remittido á commissão.

É o seguinte:

TABELLA

Loterias estrangeiras, 10 por cento do prego dos bilhetes vendidos annualmente.

N.B. O producto d'este imposto revertêr-se-á exclusivamente em favor dos asylos de mendicidade do paiz.

Art. Os bilhetes de loterias nacionaes e estrangeiras serão unicamente vendidos nas casas e lojas pelas pessoas que para esse effecto tenham licenças especiaes, passadas pelos respectivos administradores dos concelhos ou bairros.

§ 1.º As lojas de venda de bilhetes de loteria ficam sujeitas á visita occassional da autoridade fiscal, ou administrativa para se verificar a legalidade e exactidão dos bilhetes expostos á venda, e a distribuição proporcional e exacta dos premios que cubrem ao publico pelos bilhetes distribuidos e vendidos em cauteillas.

§ 2.º Os bilhetes de loterias estrangeiras não poderão ser repartidos em cauteillas.

§ 3.º Os cambistas ou donos das casas de venda de bilhetes de loteria serão obrigados a ter escripturado em dia um livro em que sejam claramente lançados, com designação dos numeros, os bilhetes de loteria nacional expostos á venda, os bilhetes vendidos, e aquelles que distribuirem em cauteillas. Terão igualmente em livro separado escripturado em dia os bilhetes de loterias estrangeiras que expozem á venda, e os vendidos com designação dos respectivos numeros.

§ 4.º O individuo que for convencido de fraude no manifesto dos bilhetes de loteria estrangeira expostos á venda, perderá a importancia d'esses bilhetes, e se-lhe ha retirada a licença de venda. Na mesma perda incorrerá todo aquelle que expozer á venda bilhetes de loteria sem ter a licença estipulada n'este artigo, ou o que illudir as clausulas d'esta ultima parte que lhe respeita.»—Chamiço—Faria Guimarães.

É admittida.

O sr. Teixeira de Sampaio:—requer que se prorogue a sessão até se votarem os artigos em discussão.

É approved.

O sr. Ministro da fazenda (Casal Ribeiro):—não vae seguir alguns dos illustres deputados que tomaram a palavra sobre a ordem, nas considerações, que mais ou menos a proposito da materia, trouxeram para a discussão, nem acompanharam nas suas considerações economicas o illustre deputado que com grande assombro d'elle, orador, veio fazer a apologia dos dizimos.

Não segue tambem outro illustre deputado que por occasião d'este assumpto apresentou um extenso, mas não sabe se muito exacto, rol de economias; e ainda que não teve o gosto de ouvir quanto disse, pronunciará responder a algumas das observações que lhe ouviu apresentar.

Cita por exemplo o tribunal de contas. O illustre deputado disse que se tinham augmentado os vencimentos dos membros do tribunal de contas; não era exacto, e essa reforma foi feita dentro dos limites consignados n'uma lei de 1858, e que erá teve o voto do illustre deputado. N'essa lei fixouse o maximo da despesa a fazer com essa reforma, que foram 12.000\$000 réis, e o governo não só não chegou a gastar essa verba, mas ficou muito aquém em alguns contos de réis.

Tambem ouviu fallar nas chamadas accumulagões; mas o illustre deputado deve saber que se dão em alguns casos por permissão de lei especial, e que isto pôde considerar-se uma cousa verdadeiramente economica, porque se taes accumulagões se não dessem, o resultado havia de ser que esses logares haviam de ser providos em outros individuos, e por tanto, não só não havia economia, mas esses individuos tendo poucas vantagens não desempenhariam tão bem esse serviço.

Referiu-se tambem o illustre deputado aos direitos de mercê, como que provocando da parte do governo a apresentação de alguma providencia a tal respeito. Mas isto era desconhecer que o governo tem pendente da camara uma proposta sobre este objecto, da qual espera que a camara se occupará brevemente.

Deixando porém estes incidentes, vae ao assumpto de que se trata, e procurará responder a algumas observações que se têm feito acerca de alguns artigos que estão em discussão.

Tem-se affigurado a alguns illustres deputados que a disposição do artigo 24.º é inconveniente e tem-se dito mesmo que inconstitucional, invocando-se para o provar a disposição da carta, quando diz que a votação do imposto é annual. Parece-lhe que ha uma confusão de idéas; a votação annual do imposto não fica, nem pôde ficar prejudicada, pela disposição do artigo a que se refere. A votação annual do imposto applica-se absolutamente a todos os impostos, não só temporarios, mas permanentes, e o governo não pôde cobrar impostos, embora estabelecidos por leis temporarias ou permanentes, sem que tenha para isso autorisação do parlamento.

Por tanto, no projecto não ha de maneira alguma contradicção com essa disposição da carta, porque ella subsiste em todo o seu vigor; e o que se pede no artigo é uma autorisação limitada para se incluir nas tabelas da contribuição industrial aquellas

profissões ou officios que o não tenham sido, ou por não ter havido sufficientes esclarecimentos, o que é muito presumivel em negocios d'esta ordem, ou por serem profissões ou officios que até ali não existiam.

Esta disposição encontram-a os illustres deputados em todas as leis de contribuição industrial de todos os paizes mais livremente regidos, e encontram-a na França no regimen constitucional.

É não pôde deixar de dizer aos illustres deputados, que autorisações d'esta sorte, e mesmo mais amplas do que esta, têm sido concedidas ao governo, sem que se reputasse haver offensa dos principios ou do dogma constitucional.

Em 1854 votou-se uma autorisação ao governo para a reforma da pauta, e ninguém pôde ignorar que nas classes da pauta se estabelece o imposto, embora indirecto, e no entretanto, nunca se reputou inconstitucional essa autorisação.

Mas ha mais, na nossa legislação actual estabeleceu-se o principio de que todos os generos que forem considerados omissoes na pauta, podem ser tributados, por analogia, mediante um certo processo, que é a audiencia do conselho do commercio e do conselho d'estado, e ainda ninguém se levantou contra tal principio.

Por consequencia, a autorisação que se pede não é menos regular nem menos necessaria n'este caso, do que n'aquelle que acaba de citar.

Tem-se impugnado o artigo 25.º, pelo qual o governo fica autorisado a estabelecer as multas necessarias para o cumprimento da lei; mas este principio de estabelecer nos regulamentos administrativos as multas que sirvam de sancção ás disposições da lei, encontra-se em muitas leis, e até no código penal vem como sendo das attribuições do governo o estabelece-las nos regulamentos administrativos.

Limita-se a estas observações, que são os pontos a que se referem os artigos em discussão que têm sido impugnados, e quanto á proposta que está pendente, para que a lei não seja applicavel nas ilhas adjacentes em quanto subsistirem os dizimos, já emittiu a sua opinião, e não lhe parece que devam haver duas discussões sobre ella, se a camara admittir o alvitre de a mandar á commissão, como é conveniente que vá.

O sr. Rebello da Silva:—não pediu a palavra para fazer objecções á materia geral dos artigos em discussão, mas tão somente para fazer algumas observações sobre um ponto que vê consignado no § unico do artigo 24.º, em que se estabelece que de quatro em quatro annos o governo apresentará ás cortes a tabella geral de todas as profissões, industrias, artes ou officios que tenham sido classificados por assimilação ou com taxas novas, a fim de obterem a sancção legislativa. Desejava sobretudo, que no principio da execução d'esta lei, o praso fosse menor.

Vae-se lançar um imposto novo, e porque se ignora o rendimento industrial do paiz, e a maneira porque as taxas vão actuar nas industrias, e mesmo porque isto não passa de um ensaio, seria perigoso que se não podesse remediar este ensaio até lá, devendo ter um caracter de experiencia.

Por tanto, ainda que não assignou a proposta do sr. Pessanha, declara que te-la-ia assignado por estas razões.

O sr. Nogueira Soares:—por parte da commissão, declara que esta não tem duvida de considerar a idéa do encurtamento do praso, de que acaba de fallar o illustre deputado.

O sr. Gavião:—abundando nas mesmas idéas e corroborando as razões apresentadas pelo sr. Almeida Pessanha e Rebello da Silva, quanto a ser menor que quatro annos a praso estabelecido no § unico do artigo 24.º para o governo apresentar ás cortes a tabella geral de todas as profissões, industrias, artes e officios, espera que a commissão modificará este praso para menos.

Desejava que o governo ficasse autorisado mesmo a alterar as tabelas existentes para menos.

Deseja tambem que o sr. ministro da fazenda aproveite os gremios, não só para os individuos que os compõem fazerem a distribuição da contribuição entre si, mas aproveitando-se d'elles para obter elementos para fazer um cadastro ou estatística industrial.

Não lhe agradam os gremios como vão estabelecidos na lei, deixando antes que fossem obrigatórios, não facultativos.

Quanto ao artigo 25.º não se oppõem á disposição que autorisa o governo a estabelecer as multas para tornar efectiva a execução da lei; mas parece-lhe conveniente que se marque o maximo e o minimo d'essas multas. Não faz proposta a este respeito, e apenas lembra isto ao governo e á commissão.

O sr. Visconde de Portocarrero:—quando ha duas sessões mandou para a mesa uma proposta, tambem assignada por diferentes srs. deputados dos Açores e Madeira, para que esta lei não tivesse execução n'aquellas ilhas, em quanto se não verificasse a extincção dos dizimos, fez algumas reflexões, fundamentando a moção de ordem, tendentes a mostrar a diversidade de legislação que regula a materia do imposto nos Açores e Madeira, da do continente do reino, reservando-se para fallar sobre a materia da proposta, ou do artigo adicional, quando elle entrasse em discussão: devia pois fazer-lhe agora, mas achando o sr. ministro da fazenda de tomar a iniciativa de um requerimento para que este artigo fosse á commissão para considerar a sua materia, e julgando já este pedido como de bom auspicio para o seu resultado, e parecendo-lhe que assim o sr. ministro como a commissão não de fazer justiça á proposta dos srs. deputados pelos Açores e Madeira; achando-se tambem a hora muito adiantada, não tratará amplamente da materia.

Entende que é preciso acabar com esta anomalia de diversidade de systema tributario entre provincias do mesmo reino, e harmonisar a legislação a este respeito, mas em quanto se não acabarem os dizimos nas ilhas, não ha razão alguma para aggravar a mesma anomalia. O governo apresentou uma proposta para a extincção; a commissão de fazenda ainda não deu o seu parecer, e mesmo quando o dê, achando-se os dizimos arrematados, tem de continuar ali até findar o tempo das arrematações, a não querer o governo, para ter logo a extincção, indemnisar os arrematantes, o que lhe parece não ha de querer, nem convem.

Collectar pois as ilhas com um imposto novo, que ali se não tem pago, a pretexto de regular os impostos existentes, quando lá não existiam taes impostos, parece-lhe muito inconveniente, até porque, se por ventura o parlamento não approvasse a lei da extincção dos dizimos, ficariam aquelles povos pagando as duas contribuições.

Se a contribuição industrial é muito gravosa no continente do reino ás diferentes industrias, pela elevação das taxas, mais gravoso effecto terá para as ilhas, aonde não podem chegar as commodidades e vantagens dos caminhos de ferro, que tornaram necessario o augmento do imposto. Se os povos das ilhas vissem, que o governo attendia ás suas justas reclamações; se o governo se empenhasse na feitura dos portos em S. Miguel, Fayal e Terceira, que são os seus caminhos de ferro; se acudisse com medidas adequadas a attallar por meios indirectos os males da emigração, não seriam tão mal recebidos ali estes projectos de impostos.

Espera que o sr. ministro do reino, a quem ha bastante tempo annunciou uma interpegação sobre as medidas que se propõem adoptar, para evitar quanto é possivel a emigração clandestina que

ameaça despovoar aquellas ilhas, terá meditado essas medidas, e as apresentará ao parlamento, e confia que s. ex.ª e o governo não de efficazmente interessar-se por aquellas valiosas provincias, e por os melhoramentos de que carecem, considerando que é mesmo politico não alienar as sympathias dos seus habitantes.

O sr. Almeida Pessanha:—agradece ao sr. ministro da fazenda a benevolencia com que o tratou, e insiste novamente na sua proposta pelas razões que apresentou, e termina observando que tendo o governo obtido a sancção da camara sobre todas as propostas de impostos, tanto em relação á contribuição de registro, como á contribuição predial e industrial, e provavelmente á pessoal, e sendo elle, orador, o primeiro a reconhecer que é preciso augmentar a receita publica para a applicar aos melhoramentos votados, e a outros que o paiz reclama; contudo é preciso estabelecer os impostos da maneira mais suave possivel, e sobretudo que não sejam postergados os verdadeiros principios.

Não havendo mais nenhum inscripto passa-se á votação dos artigos e propostas que estão sobre a mesa.

A eliminação do artigo 24.º, proposta pelo sr. Henriques Secco, é rejeitada.

A proposta do sr. Almeida Pessanha em relação a este mesmo artigo, tambem é rejeitada.

O artigo 24.º é approved.

A proposta do sr. Almeida Pessanha na parte relativa aos prazos, é remittida á commissão.

O § unico é approved, salva a proposta pendente em quanto aos prazos.

A eliminação proposta pelo sr. Henriques Secco do artigo 25.º, é rejeitada. E do mesmo modo a do sr. Faria Guimarães.

A proposta do sr. Aragão, é rejeitada.

O artigo 25.º é approved.

O artigo 26.º é igualmente approved.

A proposta do sr. Chamiço, quanto ás tabelas, é remittida á commissão.

Os dois artigos addicionaes, um apresentado pelo sr. visconde de Portocarrero, e outro pelo sr. Gonçalves de Freitas, são remittidos á commissão.

O sr. Presidente:—depois de declarar que ficam tambem em ordem do dia o parecer n.º 52, sobre a moeda falsa, e o projecto n.º 54, acerca da desamortisação dos bens das corporações religiosas, dá para ordem do dia de quinta-feira o projecto n.º 49, sobre o código de credito predial, na primeira parte, e na segunda parte o projecto n.º 47, a respeito da contribuição pessoal, e levanta a sessão.—Eram quatro horas da tarde.

Relação dos srs. deputados que, na sessão de 12 de junho, estiveram presentes á chamada á meia hora depois do meio dia

Moraes Carvalho, Alves Martins, Lacerda (Antonio), Azevedo e Cunha, Antonio de Carvalho, Antonio Eleuterio, Antonio Feio, Gonçalves de Freitas, Gouveia Osorio, Henriques Secco, Barreiros Arrobas, Pequeto, Roballo de Azevedo, Lopes Branco, Telles de Vasconcellos, Vaz da Fonseca, Pinto Carneiro, Palmeirim, Bartholomeu dos Martyres, Freitas Soares, Abranches, Carlos Bento, Ramiro Coutinho, Rebello de Carvalho, Cypriano da Costa, Teixeira da Motta, Mousinho de Albuquerque, Fortunato de Mello, Diogo de Sá, Costa Lobo, F. Pinto Tavares, Gaspar Pereira, Carvalho de Abreu, J. J. da Silva Andrade, Mello e Minas, J. J. de Azevedo, Mello Soares, Almeida Pessanha, Castro Portugal, Calça e Pina, Noronha e Menezes, Neutel, Pinto de Magalhães, Faria Guimarães, Silva Cabral, Infante Pessanha, Sousa Pinto Basto, Encarnação Coelho, J. Guilherme Pacheco, Alves Chaves, Feijó, D. José de Alarcão, José Maria da Costa e Silva, José Maria Frazão, Silveira e Menezes, Mello Gouveia, Julio do Carvalho, Luiz Albano, L. Pinto Tavares, Affonseca, Monteiro Castello Branco, Jacome Correia, Placido de Abreu, Menezes Pitta, D. Rodrigo de Menezes, Nogueira Soares, Ferrer, visconde de Pindella, e visconde de Portocarrero.

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 10 do corrente, e de Paris até 8.

Os jornaes hespanhoes publicam os seguintes DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pela Correspondencia de Espana:

Napoles, 8.—Hontem 10.000 homens de tropas reaes abandonaram as posições do palacio de Palermo, a fim de embarcarem em Mola.

Catania, Agrigento e Trapani estão em poder dos revoltosos.

É esperada a todo o momento uma nova expedição de 3.000 italianos.

Turim, 6 ás 3 horas da manhã.—O general Letizia, que regressou de Napoles, capitulou, no dia 6 do corrente, com Garibaldi. As tropas napolitanas embarcaram com armas e bagagens. Até ao momento do embarque estiveram acampadas no monte Pellegrino.

O forte de Castellamare foi entregue, como garantia, ao almirante inglez, até que d'ali saiam as tropas.

Roma, 8.—O barão Constantino Bordini foi nomeado ministro do commercio e obras publicas; substituindo Amici, que fica ministro sem pasta.

Turim, 8.—Na capitulação que se está concluinto notam-se duas declarações importantes: 1.ª, que as potencias rejetaíram toda a idéa de uma intervenção armada; 2.ª, que não haverá effusão de sangue.

No caso provavel de que a diplomacia alcance uma solução pacifica, a Sicilia ficará reunida a Napoles, subindo ao throno siciliano o irmão de sua magestade o rei Francisco II.

Ambo os reinos serão, de futuro, regidos por instituições liberas, e formarão uma alliança defensiva e offensiva com o Piemonte.

Crê-se geralmente que esta combinação será approvada pelas grandes potencias, bem como pelo rei da Sardenha, que, n'este caso, chamará Garibaldi a Turim, como general, cessando assim a guerra.

Napoles, 9.—Os conselhos de ministros succedem-se quasi sem interrupção; sem que por em quanto os partidos chegassem a um accordo. O commandador Caraffa vota pela intervenção das potencias: a madrastra do rei propõe seu filho primogenito para rei da Sicilia; outros ministros propõem uma constituição em extremo liberal, sendo porém garantida a autoridade da familia de Bourbon, por meio de um tratado com o Piemonte.

Paris, 10.—O *Moniteur* publica hoje o seguinte despacho telegraphico:

«*Castiglioni, 9 de junho*—18.000 napolitanos estão acampados em Mola, prontos para embarcar. A fortaleza de Palermo será evacuada apenas as tropas embarquem, e se effectue a troca dos prisioneiros.»

Genova, 9.—Chegarão ás aguas de Napoles sete navios francezes.

Berlin, 9.—Affirma-se que o imperador Napoleão visitará o principe regente da Prussia, e outros principes allemães, que são esperados em Baden.

—Despachos dados pelo jornal *El Dia*:

Genova, 7 de junho.—O general Letizia, que foi portador da ordem de não tratar com Garibaldi, e destruir a cidade, se tanto fosse preciso, regressou a Napoles, a fim de informar o rei, de que as de-

serções augmentavam, recusando-se até as tropas a bater-se.

Marsella, 8.—Chegou um vapor de Messina com a noticia de que a cidade ficava deserta. O consul de França preparava-se para imitar os outros consules, saindo da cidade, em vista da terrivel luta que parecia imminente.

A commissão de Palermo, em nome do dictador Garibaldi, annunciou a votação da annexação ao Piemonte, e a insurreição de outras cidades, e pediu viveres ás povoações vizinhas.

Todo o povo de Palermo estava nas barricadas. Algumas tropas reaes passaram para o partido de Garibaldi, com armas e bagagens.

O exercito napolitano conta, entre feridos e doentes, mais de 2.000 homens.

Em Marsala desembarcaram 1.000 voluntarios de Cagliari.

Na Sicilia crê-se geralmente que o offerecimento de reformas liberas não inflará para que os sicilianos deponham as armas.

Paris, 7.—Deprehende-se dos ultimos despachos que a capitulação não estava ainda assignada, e que as tropas continuavam a occupar as suas respectivas posições.

Garibaldi formou um ministerio, nomeando governador da cidade e da provincia, e adoptando diferentes disposições, entrando n'este numero um alistamento geral.

Palermo, segundo affirmam as cartas da Sicilia, será o quartel general da insurreição, que se estenderá aos estados da terra firme do reino de Napoles, por quanto os revoltosos têm unicamente em vista a unidade completa da Italia.

O *Moniteur* publica a resposta dada pelo governo chinês ao ultimatum de França. A *Patrie* emittie a opinião de que se deve recorrer ás armas.

A *Presse* diz que o principe regente do Japão foi assassinado no dia 25 de março ultimo. O attentado teve lugar de dia e na rua.

Turim, 7.—O governo napolitano fretou doze navios, que devem ir a Palermo recolher a guarnição.

O principe Ischitelle, e o principe Ottojano, partem para Paris, encarregados de uma commissão particular, pelo rei de Napoles.

O commandante geral da marinha de Genova recebeu ordem para armar immediatamente todos os navios de guerra disponiveis.

Paris, 9.—Foi já assignada a capitulação entre Lanza e Garibaldi. Não são ainda conhecidas as condições.

As tropas napolitanas que estão fóra de Palermo, e que montam a 15.000 homens, têm soffrido grande numero de deserções.

Todas as guarnições da Sicilia receberam ordem para se concentrarem em Messina, onde se fizeram fortes entrenchamentos.

Catania foi bombardeada e saqueada. Estabeleceu-se um bloqueio rigoroso entre a Calabria e a Sicilia.

Napoles, 6.—O rei aceitou a capitulação. As tropas napolitanas retiraram-se, parte para Napoles e parte para Messina. Ignora-se se Garibaldi accetará.

PRUSSIA

Muito se tem fallado ultimamente de um discurso que foi pronunciado pelo principe regente da Prussia, por occasião da inauguração do caminho de ferro de Sarrebruck a Treves.

Os jornaes de toda a Europa transcreveram esse discurso de um extracto da cerimonia publicado na *Gazeta de Colonia*. Segundo este jornal, o principe regente tinha dito: «que em tempo algum a Prussia soffrerá que se perca uma pollegada de territorio allemão.»

No seu numero de 2 do corrente, a *Gazeta de Colonia* annuncia aos seus leitores que, por informações authenticas, pôde affiançar que o seu primeiro extracto sobre o discurso não era exacto. As palavras que citamos foram pronunciadas não pelo principe, mas por um deputado, M. Jordan. Effectivamente este orador manifestou a convicção de que os povos da Prussia e da Alemanha saberão defender, palmo a palmo, o territorio allemão.

O principe respondeu a este discurso, pouco mais ou menos, nos seguintes termos:

«Que se reputava feliz por encontrar taes sentimentos nas fronteiras do reino, e que encaregava o orador de agradecer aos habitantes de S. João e Sarrebruck, que elle tão dignamente representava. Depois recordou-lhe em que dolorosas circumstancias se tem achado o governo, e tudo quanto até hoje tem feito: affiançando que continuaria como até hoje a promover os interesses do povo, esperando sempre que este o auxiliasse na sua missão.»

O principe acrescentou:

«Que estava na melhor harmonia e em paz com todos os seus vizinhos, e que desejava que as suas relações não fossem perturbadas. Em todo o caso, todos deviam ter confiança n'elle, assim como elle depositava inteira confiança no seu povo.»

Como se vê, o discurso do principe regente da Prussia, segundo a versão rectificada, não contém nenhuma das palavras que a *Gazeta de Colonia* attribuiu a sua alteza real.

JAPÃO

Dizem as ultimas correspondencias do Japão que o principe regente d'este paiz foi assassinado no dia 25 de março ultimo, de dia e na rua. Os autores d'este assassinato são os soldados do principe de Mito, o inimigo mais encarnizado da invasão europea e o perseguidor mais acerrimo de tudo o que é estrangeiro no seu paiz.

Julgase imminente uma grande revolução.

Em Yokon-Fama espalhou-se o boato de que o principe de Mito pretendia attentar contra a vida de todos os estrangeiros que residem no Japão. As correspondencias que temos á vista dão todo o credito a este boato, acrescentando que os europeus não gosavam ali um instante de sosiego, porque se viam constantemente ameaçados de serem assassinados. (La Presse.)

NOTICIAS CIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

DE

FRANÇO D. LUZ

NA ESCOLA POLYTECHNICA

	BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
JUNHO 11	Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	754,53	20,6	73,1	80.
3 t.	754,01	21,5	64,9	80.

DIA 11.

Maxima—temperatura..... 20,6 C.

Minima 12,5 »

(de noite) 5,0 »

Ozone de dia..... 5,0 »

Chuva (uimetro)..... 0,0 Mil.

Evaporação (vapormetro)..... 7,2 »

Altura barometrica correcta.

Altitude do barometro 95,1 metros.

Temperatura á sombra.

